



# PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO IV — N. 32 — SÃO PAULO, JANEIRO DE 1960 — Cr\$ 5,00

## Anistia e Direito de Asilo

Nos próximos dias 22, 23 e 24 de Janeiro de 1960, reunir-se-á em São Paulo, a 1.ª Conferência Sul-Americana Pró Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal. Promovida por uma Comissão Coordenadora a que preside o ilustre escritor Sérgio Milliet e que reúne nomes dos mais prestigiosos da vida cultural e pública de S. Paulo, a sua convocatória foi subscrita por numerosas personalidades de destaque na vida política, universitária, sindical, etc., do Brasil, e a ela aderiram várias outras de não menor importância e relevo em todos os setores da opinião. Trata-se de um acontecimento da maior transcendência e significação, ao qual PORTUGAL DEMOCRÁTICO, que sempre combateu a tirania lusitana e para tal foi fundado, não pode deixar de dar o seu mais caloroso e rendido apoio. Que uma conferência desta envergadura tenha sido convocada, e a ela tenham aderido personalidades de todos os matizes, prova que a consciência dos povos sul-americanos mais do que nunca vibra pela democracia e pela liberdade, e vai sentindo como na sua própria carne as dores e as amarguras que sufocam a Península Ibérica, mãe-pátria desses povos, matriz da civilização que na América do Sul floresceu e frutificou. Sem dúvida que a opressão e os crimes de Salazar e de Franco não passaram nunca despercebidos às consciências responsáveis do Brasil e da América Espanhola. Mas que uma conferência se reúna para coordenar e propiciar uma conjunta ação futura que faça recuar a cobardia dos ditadores, eis o que é da maior transcendência, de fato, neste momento em que essa cobardia inverosimilmente induz Embaixadas Sul-Americanas a fecharem as suas portas a patriotas portugueses que, fugidos em Lisboa à PIDE, por esta foram presos, desesperados, ante essas portas que se não abriram para eles. É evidente que nem Franco nem Salazar deixarão de utilizar os métodos ferozes e hipócritas de que se sustentam. É óbvio que dirão que as duas pátrias estão abertas a todos os patriotas... É lógico - e tão gasto! - que proclamarem os desígnios «subversivos» e as inspirações tenebrosas de uma Conferência, como a de São Paulo, que só o respeito dos direitos humanos e o amor aos direitos cívicos fizeram convocar. Mas, ante uma manifestação como esta, tão poderosa na sua desarmada dignidade, sentirão em público uma coisa que desejam sempre que se não saiba nem se diga: que a consciência do mundo, para lá das conviências que as protegem, os repele e os abomina, e acabará por exigir irresistivelmente a sua destituição. A São Paulo e à América Latina, em nome dos amordaçados de Portugal, este jornal, que é a voz deles, agradece reconhecidamente.

PORTUGAL  
DEMOCRÁTICO

## A PRIMEIRA CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA PRÓ-ANISTIA PARA OS PRESOS POLÍTICOS ESPANHÓIS E PORTUGUESES REALIZAR-SE-Á EM SÃO PAULO EM 22, 23 E 24 DE JANEIRO

Com a adesão de destacadas personalidades na vida do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Chile e de outros países latino-americanos, vai realizar-se em São Paulo, de 22 a 24 de janeiro de 1960, a Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses.

Não será necessário acentuar o alto significado desta importantíssima manifestação, que constitui, indubitavelmente, uma tomada de posição dos povos democráticos da América Latina em relação às ditaduras fascistas de Franco e de Salazar. A iniciativa partiu de São Paulo, onde se formou uma "comissão coordenadora" presidida pelo escritor Sérgio Milliet, presidente da União Brasileira de Escritores, tendo como vice-presidentes o Prof. Florestan Fernandes, escritor Paulo Duarte, diretor da revista "Anhembi", deputado José Magalhães de Almeida Prado, Armando Martins Janeiro, presidente da União Estadual de Estudantes, e Sebastião Costa, presidente da Federação das Sociedades Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo.

Deputados federais e estaduais, vereadores, dirigentes de organizações estudantis, sindicais e populares, quer do Rio de Janeiro, quer de São Paulo, escritores e oficiais do Exército ofereceram já a sua franca colaboração à Primeira Conferência Sul-Americana que, no Brasil, se revestirá de uma manifestação de âmbito nacional, enquanto que da Argentina, Uruguai, Chile e de outros países sul-americanos têm chegado à "comissão coordenadora" as mais importantes adesões.

Também a Associação Interamericana de Imprensa ofereceu o "apoio integral e a solidariedade irrestrita" à 1.ª Conferência.

### CONCLAMAÇÃO

Logo após tomarem posse, os membros da "comissão coordenadora" divulgaram o seguinte e expressivo documento:

"A Comissão sente-se no dever de conclamar o povo brasileiro, sem quaisquer distinções, para que una suas vozes e seus mais puros sentimentos aos anseios de todos os povos, particularmente da América Latina, em favor da concessão da mais ampla anistia para os presos e exilados políticos espanhóis e portugueses.

A existência de milhares de presos políticos, muitos dos quais permanecem nas prisões há vinte anos; a atuação de tribunais militares que impõem penas inconcebíveis, inclusive a de morte, na Espanha, e o funcionamento dos chamados "tribunais plenários", em Portugal, uns e outros para julgar simples delitos de opinião ou atos de reivindicações econômicas e sociais; o fato de que muitíssimos filhos daquelas pátrias se vêem obrigados a viver disseminados pelo mundo e afastados de seus seres mais caros e sem poder contribuir para o desenvolvimento de seus países; o clamor proveniente da Península Ibérica, em prol do fim desta situação dolorosa, são motivos que comovem profundamente a todos os homens e mulheres do Brasil, bem como das demais nações irmãs da América.

É precisamente julgando interpretar esses sentimentos, que se convoca a 1.ª CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA PRÓ

ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS DA ESPANHA E PORTUGAL, com o propósito de unir na mesma as vozes de solidariedade humana, que partem dos mais diversos círculos de opinião dos países participantes, a fim de adotar decisões que possam ter eco positivo diante das autoridades da Espanha e Portugal e que estas atendam ao apelo humanitário e de justiça que brota do coração e da consciência dos povos tão estreitamente vinculados à Península Ibérica por laços de sangue, idioma, história e tradições.

Por tudo isso, estamos certos de que a comunidade brasileira, por suas personalidades mais representativas e entidades culturais, científicas, religiosas, estudantis, sindicais e populares, dará sua entusiástica adesão a essa Conferência, cooperando, por todos os meios, para seu completo êxito".

### ORDEM DO DIA

Os participantes da Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos Políticos Espanhóis e Portugueses debaterão a seguinte "ordem do dia":

#### 1 — A REPRESSÃO NA ESPANHA, VINTE ANOS DEPOIS DO FIM DA GUERRA CIVIL:

a) existência de dezenas de milhares de presos políticos e de exilados por causas derivadas da guerra civil;

b) procedimentos repressivos contrários aos mais elementares direitos humanos;

c) atuação de Tribunais Militares especiais na formação de processos por motivos político-sociais.

#### 2 — A ANISTIA TOTAL PARA OS PRESOS POLITICO-SOCIAIS E EXILADOS, COMO NECESSIDADE IMPRESCINDIVEL PARA A CONVIVENCIA DOS ESPANHOIS EM SUA PATRIA E PARA REPARAR AS FERIDAS CAUSADAS PELA GUERRA CIVIL.

#### 3 — A REPRESSÃO EM PORTUGAL — SUAS CARACTERISTICAS POLITICAS, SOCIAIS E ECONOMICAS:

a) arbitrariedades e desumanidades dos processos repressivos;

b) penas aplicáveis aos movimentos reivindicatórios de caráter econômico e social;

c) "Medidas de Segurança" aplicáveis a delitos de opinião e a atuação dos "Tribunais Plenários".

#### 4 — NECESSIDADE DE PÔR TERMO ÀS PERSEGUIÇÕES POLITICO-SOCIAIS E DA CONCESSÃO DE AMPLA ANISTIA A TODOS OS PRESOS E PERSEGUIDOS POLITICOS PORTUGUESES, COMO CONDIÇÃO INDISPENSÁVEL À CONCORDIA NACIONAL.

#### 5 — ADOÇÃO DE DECISÕES ADEQUADAS PARA A MELHOR EXPRESSÃO DA SOLIDARIEDADE AMERICANA AOS PRESOS E PERSEGUIDOS ESPANHOIS E PORTUGUESES.

#### A PARTICIPAÇÃO DA ARGENTINA

A Primeira Conferência Sul-Americana despertou, naturalmente, a melhor atenção dos democratas argentinos. No Par-

lamento, mais de 40 deputados de todos os partidos deram a sua adesão, enquanto que nos meios universitários a iniciativa logrou o mais interessado acolhimento, nomeadamente por parte do vice-reitor da Universidade de Buenos Aires e de alguns membros do Conselho Superior Universitário, assim como nos grêmios estudantis.

Foi já constituída uma comissão que estuda, no momento, os problemas relacionados com a delegação argentina que se deslocará a São Paulo. Pode, no entanto, indicar-se que ofereceram inteira solidariedade à manifestação projetada para São Paulo mais de 80 associações, entre as quais a Sociedade Argentina de Escritores, a Associação de Jornalistas, a Federação Universitária Argentina, a Ação Democrática Latino-Americana, a Federação Argentina de Teatros Independentes, a Sociedade Argentina de Artistas Plásticos, a Confederação Nacional de Professores, a Federação Universitária de Graduados de Buenos Aires, a Federação Argentina de Trabalhadores da Imprensa, a Federação Argentina de Trabalhadores de Luz e Força, inúmeros sindicatos operários, grêmios estudantis, associações culturais, etc., etc. Entre as personalidades que, individualmente, ofereceram a sua adesão, citamos o dr. Nicolas Romano, presidente da convenção nacional do Partido União Cívica Radical do Povo, os deputados srta. Nelida Baigorria, Agustín Rodríguez Araya, Facundo Suarez e outros, assim como advogados, professores universitários, atores, jornalistas, escritores, etc.

### ADESÕES DO CHILE

O entusiasmo pela Primeira Conferência Sul-Americana é também digno de registro, pois, além das adesões individuais que destacadas personalidades dos meios políticos, sindicais, universitários e artísticos prometeram, conta-se já com a colaboração do Conselho Nacional da Confederação Única de Trabalhadores (CUT), Congresso Provincial da CUT de Santiago, Conferência dos Trabalhadores Metalúrgicos (65 sindicatos), federações nacionais Mineira, Metalúrgica e de Trabalhadores Agrícolas, 1.º Congresso Latino-Americano de Mulheres etc., etc..

### PRESENÇA DO URUGUAI

Criada uma "comissão coordenadora uruguia", o documento de adesão foi assinado por mais de 30 deputados, dirigentes de organizações estudantis, populares e sindicais, devendo destacar-se o apoio da Central Única de Trabalhadores. A "comissão coordenadora" é presidida pelo deputado Luiz Hierro Gambardella, que já expôs à imprensa uruguia os objetivos da manifestação paulista. Diversos atos públicos se realizaram já, tudo indicando que a presença do Uruguai será significativa no movimento de anistia em favor dos presos políticos espanhóis e portugueses.

### SOLIDARIEDADE NECESSARIA

De um modo geral, pode dizer-se que a solidariedade que vêm demonstrando os povos latino-americanos à Primeira Conferência Sul-Americana é não só real mas também atuante. Personalidades como Rómulo Gallegos, da Venezuela; Lá-



Cartaz de Clóvis Graciano



## CONFERÊNCIA DE ANISTIA...

1 &lt;—

zaro Cárdenas e General Heriberto Jara, do México, foram convidados a participar na grande manifestação de apoio aos martirizados povos espanhol e português. Noventa juristas peruanos acabam de chamar a atenção para a situação dos presos políticos na Península Ibérica. Entretanto, promessas de apoio que não devem tardar a concretizar-se continuam chegando de todos os países da América Latina.

### APOIO DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO

Assinaram um expressivo documento de apoio à iniciativa os professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: Waldemar Ferreira, Braz de Souza Arruda, Cardoso de Mello Netto, Noé Azevedo, Lino de Moraes Leme, Honório Monteiro, A. Almeida Junior Basileu Garcia, Sylvio Marcondes, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, Miguel Reale, Joaquim Canuto Mendes de Almeida, Moacyr Amaral Santos, Goffredo da Silva Telles Junior, J. Pinto Antunes, Alfredo Buzaid, Teotônio Monteiro de Barros Fo., Alexandre Augusto Corrêa, Alberto da Rocha Barros, Luiz Araujo Corrêa de Brito, Philomeno da Costa Loureiro Jr., Celso Neves, Luiz Ambrá, Vicente Marotta Rangel, Renato Czerina, Geraldo de Ulhôa Cintra, Oscar Barreto Fo., Odilon de Araujo Grellet e Dimas de Oliveira Cesar.

Proclamaram os catedráticos paulistas:

"Os professores da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, subscrevendo esta mensagem, manifestam a sua adesão ao movimento intelectual que está sendo coordenado na América do Sul, no sentido de se reunir em São Paulo, a 'Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Exilados Políticos da Espanha e Portugal'.

As tradições de liberalismo do direito hispânico foram muitas vezes postas em realce por grandes professores desta Casa, como Reynaldo Porchat, João Mendes Jr. e Waldemar Ferreira, ao fazerem o histórico das nossas instituições civis e criminais. Muito contribuíram para a exaltação do nosso culto à Liberdade e para sedimentação da organização democrática, entre nós.

Custa, assim, compreender que, passados que são mais de dois decênios desde a vitória do movimento revolucionário e da implantação do novo regime, continuem exilados grandes estadistas, professores e intelectuais dos mais notáveis da Espanha, ameaçados de processos criminais, e que ainda haja prisões e processos por crimes políticos contra os adversários da revolução dominante.

"A anistia, segundo a expressão de Aloysio de Carvalho Fo., é medida de concórdia e conciliação, muitas vezes a única medida indicada para desanuviar o ambiente social e político, restabelecendo a paz nos espíritos conturbados por profundas desinteligenças de natureza política". "Núncia de paz e concórdia de concórdia, parece antes do céu prudente aviso que expediente de homens", como dela escreveu João Barbalho, o grande comentador da Constituição de 1891. "O fim da anistia — segundo as palavras de Ruy Barbosa — é o esquecimento dos fatos criminosos que o Poder Público teve dificuldade de punir ou achou prudente não punir. Juridicamente, os fatos deixam de existir; o Parlamento passa uma esponja sobre eles. Só a História os recolhe".

Os professores da nossa Faculdade, que vivem em contacto diuturno com os livros dos grandes juristas espanhóis e portugueses e com as obras primorosas dos seus excelso pensadores, sentem-se no dever de formar ao lado dos intelectuais latino-americanos, promotores da Conferência Pró-Anistia, a fim de que, sem tardança, desça dos céus de Espanha e Portugal aquela núncia de paz e de concórdia, passando-se a esponja em todos os processos e julgamentos, deixando-se tudo para o sereno e imparcial juízo da História".

### SOLIDARIEDADE DOS JURISTAS BRASILEIROS

Por seu turno, a Associação Brasileira dos Juristas Democratas enviou à "comissão coordenadora" a seguinte mensagem de solidariedade, assinada pelo seu Presidente, dr. Osny Duarte Pereira, juiz do Tribunal Federal de Justiça:

"A Associação Brasileira de Juristas Democratas, tendo conhecimento do encontro de solidariedade com os povos de Espanha e Portugal, que terá lugar na cidade de São Paulo, promovido por personalidades e organizações democráticas e culturais da América do Sul, hipoteca ao mesmo tempo seu integral apoio, com o propósito de contribuir para a aplicação naqueles países, dos princípios e normas que constituem a Declaração dos Direitos do Homem. As prisões por 'delitos de pensamento' e por mera suspeita, assim como as medidas de segurança que transferem para a polícia o poder de conservar em custódia, por tempo indeterminado, a qualquer cidadão, cumprida a pena que lhe foi imposta, constituem atentados à Carta das Nações Unidas e não podem subsistir numa época de ascensão dos ideais democráticos que formam o Estado de Direito.

Os juristas democráticos brasileiros não pretendem imiscuir-se nos negócios internos dos países da Península Ibérica, porém se sentem no dever de unir a sua voz à dos juristas e democratas de todo o mundo pelo restabelecimento, na Espanha e Portugal, das liberdades fundamentais do homem, com a anistia para todos os presos políticos, eliminação da censura à imprensa e instauração do procedimento eleitoral livre e democrático, com voto secreto e sufrágio universal".

### A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA

Com tantos e tão decisivos testemunhos de solidariedade, vindos de toda a parte, pode antecipadamente dizer-se que será um êxito a Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos Políticos Espanhóis e Portugueses. De 22 a 24 de janeiro, São Paulo, uma vez mais se transformará na Capital Bandeirante da Liberdade e da Democracia, desta vez para lutar pelo respeito que devem à pessoa humana os governos fascistas de Franco e de Salazar.

Os democratas portugueses estarão presentes, como não poderia deixar de ser, na importante reunião, esperando-se que alguns dos intelectuais lusos exilados na Venezuela, na Argentina e noutros países remetam oportunamente os seus depoimentos. Entretanto, o jornal *Portugal Democrático*, o *Comité dos Intelectuais Portugueses Pró-Liberdade de Expressão em Portugal e o Centro Republicano Português*, em representação dos órgãos anti-salazaristas do Brasil, oferecem à Primeira Conferência Sul-Americana a sua inteira colaboração e solidariedade.

No decurso de uma reunião que se efectuou no *Centro Republicano Português*, foi anunciada a adesão de inúmeros democratas portugueses e sugeridos os nomes dos srs. General Humberto Delgado e Comandante João Sarmiento Pimentel para a Comissão de Honra da 1.ª Conferência Sul-Americana, indicando o representante deste organismo que seriam enviados convites especiais aos srs. dr. Rodrigo de Abreu, dr. Manuel Sertório, capitão Henrique Galvão, major Luís C. Calafate, Prof. Aniceto Monteiro e escritor Paulo de Castro. Tomou-se ainda conhecimento de que participarão nos trabalhos da Conferência, entre outros democratas portugueses, os escritores Maria Archer, Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Victor Ramos. Nomeou-se ainda uma comissão, com delegados do *Centro Republicano Português*, do *Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão* e do *Portugal Democrático*, a qual diretamente

colaborará com a comissão coordenadora da importante manifestação.

Outra destacada adesão que temos a assinalar é a do Prof. Ruy Luís Gomes, líder da Democracia Portuguesa e atualmente professor da Universidade del Sur, na Argentina.

### ALVARO LINS PRESIDIRÁ

A poucos dias da realização da 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos Políticos Espanhóis e Portugueses pode dizer-se que as moções de solidariedade que continuam chegando do mundo inteiro predizem o mais completo êxito da iniciativa. Entre as últimas adesões, deve acentuar-se a do grande escritor Ramón Menéndez Pidal, presidente da Academia Espanhola, assim como a do Governador do Estado do Amazonas e as dos Senhores Silvestre Péricles, Gilberto Marinho, Arlindo Rodrigues, Miguel Couto, Ary Vianna, Mem de Sá, Vivaldo Lima, Atilio Vivacqua e Jarbas Maranhão, da Associação Paulista de Imprensa, da Câmara dos Deputados do Chile que oficialmente se fará representar, de sindicatos operários e estudantes, e de parlamentares de inúmeros países da América Latina.

Finalmente, anuncia-se que o escritor Alvaro Lins, ex-embaixador do Brasil em Portugal, aceitou o convite para presidir a Primeira Conferência Sul-Americana. O homem que tão destacadamente se ilustrou na defesa do direito de asilo chegará a São Paulo no dia 17 do corrente e pronunciará uma palestra, para a qual convidamos, desde já, todos os nossos leitores e, particularmente, os democratas portugueses residentes na Capital Bandeirante, pois será esta a primeira oportunidade para manifestarmos ao grande amigo de Portugal toda a nossa gratidão, solidariedade e respeito.

## Solidariedade aos estudantes portugueses

A mensagem do Movimento Nacional de Estudantes de Portugal que divulgamos na última edição do nosso jornal, solicitando aos estudantes do Mundo inteiro, e particularmente aos jovens do Brasil, que os auxiliassem no combate que estão travando contra a ditadura salazarista, teve grande repercussão.

O Centro Acadêmico de Economia, Finanças e Administração de São Paulo (CAEFA) acaba, com efeito, de enviar ao Portugal Democrático o seguinte protesto de solidariedade aos estudantes portugueses que são impedidos de continuar os seus estudos, presos e torturados pela gestapo salazarista:

"Depois de lido o manifesto enviado pelos colegas estudantes de Portugal, fomos unânimes em hipotecar irrestrita solidariedade àqueles que se vêem manietados em seus mais elementares direitos. Todo aquele que viver usufruindo somente a metade de seus direitos em virtude de coação das mais diversas formas, viverá a outra metade dentro das restrições asfixiantes, das proibições absurdas que tornam o indivíduo propriedade do Estado.

Repetimos, hipotecamos solidariedade irrestrita e nos colocamos à inteira disposição de todos aqueles que batalharem pelo bem estar material, espiritual e intelectual dos povos.

Auguramos a essa pleiade de jovens voluntários, o breve restabelecimento das liberdades básicas a que a personalidade humana tem direito e que tão nobre causa grandes vitórias alcança.

Com «saudações académicas», subscreveram a mensagem do C.A.E.F.A. os seus presidente e secretário-geral, srs. Arthur A. dos Santos Filho e Antonio Mathias, respectivamente.

### "DEMOCRACIA ESPAÑOLA"

Um jornal ao serviço da Espanha Livre

## O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

O Plenário Criminal da Boa Hora, sob a presidência do sr. desembargador Silva Caldeira, reuniu-se para julgar o sr. Rogério Rodrigues de Carvalho, de 38 anos, de Anadia, empregado de seguros, acusado de ter feito parte de uma organização secreta e ilegal e desenvolvido grande actividade quando das eleições de 1958 para a Presidência da República. O sr. Rogério Rodrigues de Carvalho, em 26 de Novembro de 1953, sofreu uma condenação, acusado de crime contra a segurança do Estado, tendo-lhe sido concedida liberdade condicional em 16 de Agosto de 1957.

Depuseram quatro testemunhas de acusação e duas de defesa. Terminados os debates, o sr. Rodrigues de Carvalho foi condenado em cinco anos de prisão maior, suspensão de direitos políticos por quinze anos e nas medidas de segurança por período indeterminado de seis meses a três anos, prorrogáveis, e em mil esdodos de imposto de justiça.

Também no Tribunal Plenário de Lisboa respondeu Manuel José Calado, de 38 anos, carpinteiro; Arthur Cavaco Garcia, de 43 anos, trabalhador; Manuel Dionísio Pereira, de

31 anos, trabalhador, naturais de Avis, acusados de crime contra a segurança do Estado.

Foram condenados, o primeiro em dois anos e meio de prisão maior; o segundo, em dois anos e quatro meses, e cada um na suspensão de direitos políticos por quinze anos, mil esdodos de imposto de justiça e nas medidas de segurança de internamento de 6 meses a 3 anos.

O terceiro foi absolvido. Dias depois, em audiência presidida, como habitualmente, pelo desembargador Silva Caldeira, responderam a sra. D. Cesaltina Maia dos Santos, de 33 anos, de Sines, e o sr. Arnaldo Augusto do Amaral, de Aldeia dos Dez (Oliveira do Hospital), que eram acusados de várias actividades subversivas. Foram defendidos pelos drs. Manuel João da Palma Carlos e António de Sousa, respectivamente.

A sra. D. Cesaltina dos Santos foi condenada em dois anos de prisão, perda dos direitos políticos por 5 anos e mil esdodos de imposto de justiça, ficando com a pena suspensa por 4 anos. O sr. Arnaldo do Amaral foi absolvido.

## SALAZAR E O ASILO POLÍTICO

Três novos casos de asilo político surgiram, recentemente, em Lisboa — os do dr. Manuel Sertório e dos srs. Jaime Neto e Fernando Miguel da S. Porto. O tema não é novo, pois recentemente o ditador português tentou impedir, por todos os meios, que alguns democratas procurassem escapar às malhas apertadas da sua terrível polícia.

Nas últimas semanas, Salazar mandou distribuir uma nota ao corpo diplomático da América Latina PROIBINDO às embaixadas e legações que abrissem as suas portas a qualquer foragido político português. Esta inadmissível imposição do ditador foi oportunamente discutida pelos diplomatas latino-americanos e cusamos esperar que, em nome da Democracia e particularmente do direito de asilo, nenhum deles se curve perante a inclassificável intromissão de Salazar e sua polícia.

### NETO E SILVA PORTO RECAPTURADOS

No intervalo entre a recepção e a discussão da estranha circular, diversos perseguidos políticos portugueses procuraram refugiar-se em várias legações democráticas, mas, lamentavelmente, os seus pedidos foram recusados.

Eis o que a propósito do sr. Jaime Neto telegrafou de Lisboa a agência «France-Presse», em 14 de dezembro:

"Um comunicado distribuído ontem pelo Ministério do Interior, informa que o sr. Jaime Neto, um dos acusados de participar da conspiração de 12 de março, foi em Lisboa recapturado pela polícia.

O sr. Neto evadira-se ontem do gabinete do juiz de instrução e pediu refugio, ontem, a três missões diplomáticas, as quais não lhe concederam asilo.

Ao mesmo tempo, noticiava a «Associated Press», quanto a outro preso político:

"A esposa de Fernando Miguel da Silva Porto, preso sob a acusação de participar de uma conspiração militar, informou à «Associated Press» que seu marido, durante esta semana, tentara obter asilo em diversas embaixadas estrangeiras, após ter-se evadido, quando era levado ao tribunal militar de Santa Clara para interrogatório.

Disse a sra. Silva Porto: «Ao escapar, meu marido foi à residência do embaixador mexicano Leoharto Revnoso, para pedir asilo; o embaixador negou-se a concedê-lo em sua própria casa. No dia seguinte, Fer-

nando dirigiu-se à embaixada mexicana, mas, ao chegar ali, viu que a polícia guardava a porta, afastando-se então. Seguiu para a embaixada colombiana, onde esteve desde o meio-dia até as oito horas da noite de 15 de dezembro. Finalmente, o ministro Arcesio Lopes Narvaez pediu-lhe que se retirasse, pois não podia conceder-lhe asilo, em virtude de ter recebido uma circular do Ministério do Exterior de Portugal, em que se pedía às missões estrangeiras que não acolhessem os portugueses que buscam asilo «sem nenhum motivo».

Silva Porto telefonou da embaixada da Colombia para a de Cuba, pedindo ao ministro cubano que intervisse no caso. Uma secretária da legação cubana foi enviada à embaixada colombiana mas, nesse interim, um automóvel da polícia estacionava à porta desta última.

Meu marido, acrescentou a sra. Silva Porto, saiu com a secretária cubana e foi preso na rua pela polícia».

### MANUEL SERTÓRIO EM LIBERDADE

Procedeu diferentemente o embaixador do Uruguai ao receber o dr. Manuel Sertório, destacado elemento da Oposição Democrática. Os argumentos policiais de Salazar não convenceram o diplomata uruguaio e, assim, o dr. Manuel Sertório pôde chegar à América do Sul.

Esclarece-se, entretanto, que o democrata português era advogado de alguns dos réus implicados no movimento de 12 de março. Tão livremente manobrou a PIDE os cordelinhos do processo que o dr. Manuel Sertório se viu, súbitamente, transformado também em réu. Daí, o recurso que tomou de pedir asilo.

Ao chegar a Montevideu, declarou o dr. Manuel Sertório que «o atual governo de Portugal não conhece os direitos fundamentais do homem», acrescentando que a PIDE tentara envolvê-lo no movimento de 12 de março e que os argumentos da Gestapo lusa poderiam valer-lhe cinco anos de prisão. Desmentiu categoricamente o comunista, indicando que o governo português atribui inspiração comunista a tudo que signifique censura e oposição. «Todos os que não concordem com as atitudes do governo — prosseguiu — respondem pelo crime de exprimirem o que pensam; para conseguirem obediência ao regime, as autoridades põem em prática medidas contrárias aos direitos do homem».



# «OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS»

Encontra-se já à venda, conforme anunciamos, a obra da escritora Maria Archer, "Os Últimos Dias do Fascismo Português" (Editora Liberdade e Cultura, São Paulo). Trata-se de um livro importante que não pode deixar de figurar na biblioteca dos democratas portugueses.

Antes mesmo de consagrarmos a obra da nossa prezada colaboradora D. Maria Archer qualquer comentário, queremos reproduzir nesta edição de "Portugal Democrático", algumas das mais expressivas passagens, referentes à primeira audiência (9-12-1952) do "juízo" de Henrique Galvão e de outros anti-salazaristas.

Eis como relatou a escritora Maria Archer essa audiência, que insinua o que se passou nas seguintes:

(...) Os réus sentam-se em frente aos juizes. São oito. Vestem à paisana, corretamente, apresentam-se barbeados e com bom parecer. Formam duas filas, os militares à frente, os paisanos atrás, como seus escudeiros. Um paisano atrás de cada militar. São o brigadeiro reformado Antonio de Sousa Maia, o coronel reformado Luís Gonzaga Tadeu, o tenente-coronel na reserva Manuel Martins dos Reis, o capitão na reserva Henrique Carlos Malta Galvão, o comerciante antiquário José Leal da Silva Tendeiro, o dr. Ilídio Fernandes Correia, sub-inspector da Direcção Geral do Trabalho e Corporações, o dr. João Soares de Sousa Machado, examinador dos C.T.T., e o chefe da Polícia da S. P. de Lisboa, José António Fernandes.

Há sete advogados. Seis paisanos e um militar, officioso, o ten.-coronel Silveira e Lortna, advogado do dr. Sousa Machado. Os outros são: o dr. Luís de Almeida Braga, advogado de Henrique Galvão; o dr. Vasco da Gama Fernandes, advogado do coronel Tadeu; o dr. Alçada Padez, advogado do brigadeiro Maia e do ten.-coronel Martins dos Reis; o dr. Gustavo Soromenho, advogado de José Tendeiro; o dr. José Saraiya, advogado do chefe Fernandes; o dr. Medeiros de Lima, advogado do dr. Ilídio Fernandes Correia.

Três juizes, dois generais e um magistrado de carreira. Preside o general Leonel Vieira. À sua direita toma assento o dr. Ilídio de Oliveira Correia e à sua esquerda o general Henrique Pereira do Vale. O Promotor de Justiça é o general Mário Nogueira. O secretário do Tribunal é o capitão Edmundo de Carvalho.

(...) Entram os Juizes. A sala recebe-os de pé, como é canónico em todos os Tribunais. Arruma-se melhor o material humano, sob os esforços do secretário e do meirinho. O Presidente diz as palavras rituais: "Está aberta a audiência".

O capitão Edmundo de Carvalho lê um extenso documento. E' uma ordem do ministro do Exército. Por esse instrumento se instaurou aos réus o processo que vai ser submetido a julgamento ante os nossos olhos. Não me foi possível ouvi-lo de maneira a apanhar e com incerta segurança, de toda a leitura, mais que este trecho:

"...é levado a concordar com a gravidade que o meritíssimo juiz instrutor atribui à colaboração que no projectado movimento se aceitava de civis da mais suspeita origem e a quem, com expressa recomendação, se pretendia garantir expressa e sinistra liberdade de acção. A responsabilidade moral de quem procurou, ou pelo menos aceitou, tal colaboração, e se propunha conceder-lhes meios e independência de actuação, não pode atenuar-se de qualquer forma. E se se tem de admitir que a Polícia Internacional e de Defesa do Estado, com a sua intervenção, nos livrou de alguns malefícios a cometer por comparsas de tal natureza, também é levado, como expressamente frisa o meritíssimo juiz, a creditá-la por meritório serviço ao País."

(...) Findara a leitura da documentação habitual e deveria passar-se ao interrogatório dos réus, seguido da entrega das contestações de culpa, feitas pelos seus advogados. Mas o dr. Luís

de Almeida Braga, advogado de Henrique Galvão, ergue-se para uma diligência preliminar. Requer que seja também lido, no Tribunal, um documento apreendido pela PIDE, na pasta de Henrique Galvão, e intitulado: "Subsídios para a solução do problema político português".

Todos os olhos se fixam então no general Leonel Vieira, na sua face balofa, na sua boca arrepanhada num jeito de ironia permanente. Essa boca abre-se friamente para dizer poucas palavras — Indefere a leitura do documento desejado pela defesa.

O primeiro réu a ser ouvido é o brigadeiro Maia. Fica de pé em frente dos juizes, hirtó, empertigado numa atitude de parada militar.

O general Presidente informa-o de que o Tribunal lhe concede toda a liberdade de defesa... mas... dentro das restrições estabelecidas. Palavras estranhas, que ressoam na sala e dentro de nós como se um sino as propagasse. Palavras que prolongam as "leis especiais" que regulam a liberdade condicionada da nossa Constituição...

O brigadeiro Maia nega logo a acusação.

(...) O segundo réu a ser interrogado é o cel. Luís Gonzaga Tadeu. Também se empertiga em atitude de parada e o seu tipo de Quixote ressalta à primeira vista no enquadramento espectacular. Responde sobriamente, em palavras pobres, para negar a inculpação. O seu advogado lê alto a contestação da defesa. Afirma que o coronel Tadeu colaborou sempre e colabora ainda numa aspiração de paz e ordem nacionalista. Foi combatente no 28 de Maio...

(...) De seguida, é chamado o ten.-coronel Martins dos Reis. Agora parece-me mais atarracado, mais gordo, quase patológico. Vem de cabeça baixa, os olhos de rastos no chão. Um cabelo ralo e grisalho, uma velhice evidente e para lá dos 63 anos que confessa. Foi carcereiro nos Açores, foi carcereiro no Tarrafal. Que sevícias, que vexames, que extravasar de horrores teria exercido sobre os presos ao dispor do seu capricho? E veio parar no Tribunal Militar, temo-lo ali no banco dos réus, e correm de boca em boca, em surdina, os pormenores das queixas que faz à PIDE, de coações, vexames, torturas morais, isolamento, rol aflitivo que lhe destruiu a saúde e pôs em perigo a sua vida mental.

(...) O ten.-coronel Reis, porém, muito abatido, inapto para qualquer acção, delega os seus direitos no advogado.

— Não estou capaz de responder a V. Exa...

Vêmo-lo, realmente, tão acabado e desfeito como os presos, que, tempos antes, ele mandaria "interrogar".

Chega a vez do capitão na reserva Henrique Galvão. Entra a direito como um touro na arena. E' ainda um animal de combate. Encara os juizes como adversários a quem não pede misericórdia. Está desarmado em frente de inimigos que têm por si a força material da Nação, está condenado e vencido antes da batalha, mas é evidente, é clamante, que, em medida humana, é superior aos seus contrários. Eu queria ver no banco dos réus, por curiosidade intelectual, que mais não fosse, o gordo general Leonel Vieira... Adivinho o esbatimento, a frouxidão, a queda do triunfante sorriso irónico que lhe arrepanha os lábios, ali, na Presidência do Tribunal... Ou ver o maciço general Pereira do Vale... Talvez o seu desdenhoso silêncio se transformasse, então, em verborreia aflitiva... Ou ver o sábio Juiz Auditor, o técnico legista daquela tragi-comédia. Como ele se desentranharia em argumentos jurídicos, como ele saberia invocar o direito das gentes, como se engenharia em pôr de pé uma máquina judicativa construída das peças a que, nesta ocasião, nega a pureza dos materiais!

Henrique Galvão, direito, atento, aguarda o interrogatório. 57 anos vigorosos, pujantes. Cabelo grisalho e farto, olhos sumidos, face inexpressiva na imobilidade mas irradiante na comunicação. Veste com elegância.

O seu advogado, o dr. Almeida Braga, lê a refutação da culpa. Diz, em sùmula, que o processo em causa foi arquitetado sobre um chão de areia e tem um único fim — punir Henrique Galvão do oúso de haver denunciado do seu posto de deputado à Assembleia Nacional, as gravíssimas irregularidades que descobrira na administração de Angola, província que percorreu de fio a pavio como Inspector Superior Colonial; instala-o no poleiro dos oficiais fundadores do 28 de Maio; afirma que as reuniões realizadas no teatro do Ginásio e na casa da avenida do Aeroporto não foram de carácter conspiratório mas de simples convivência, entre amigos, para conversarem sobre assuntos de interesse geral e entre os quais se poderia imiscuir a política; explica que a Organização Cívica Nacional (O. C. N.) nada mais era que um movimento ordeiro, nacionalista, patriótico, tendente a reagrupar as pessoas que pretendessem reconduzir o País aos fins essenciais da revolução do 28 de Maio; apresenta uma explicação do que é e vale o documento máximo apreendido em casa de Henrique Galvão — um plano revolucionário, evidentemente, mas limitado à categoria de exercício literário e obra de escritor que pratica, simultaneamente, a profissão de militar. Esse plano existia em escrita com poderias existir na mente do seu autor; não o mostrou a ninguém, não o comunicou a ninguém, não o levou para fora de sua casa, onde foi apreendido entre os seus papeis de colonial e escritor.

O Juiz Auditor encara agora Henrique Galvão. De pé, o réu escuta o sermão que já foi dito aos outros réus: o Tribunal já conhece o processo, já o es-

Galvão — Não trazia a minha defesa encaminhada nessas limitações... Mas calculo que, quando eu me exceder, serei decerto interrompido por V. Exa.

Começa a falar. Das primeiras palavras depreende-se que é seu intento rebater a acusação pelos articulados em que se formula, mas o Juiz Auditor interrompe-o:

— Não lhe vale a pena repetir. O Tribunal já leu tudo... Nós estamos ao facto de tudo o que vai dizer-nos...

Galvão (em tom gelado) — Eu também. Sei de cor a acusação...

O silêncio, na sala, é absoluto, absorve a presença das centenas de pessoas expectantes e imóveis. Secaram todas as tósses. Os olhos estão fitos nos dois actores em diálogo. Sente-se vibrar no ambiente o clarim agudo que faz eco, nas consciências, nos momentos sensacionais.

O arguido, lentamente, repetiu os artigos da acusação. Fala direito aos juizes mas também para nós, o público, as dúzias de simpatizantes que terá na sala e depois, pela cidade, serão arautos da sua voz de *chanteclair*. E chega assim ao caso dos importantíssimos documentos que lhe foram apreendidos, em casa, e são a principal peça acusatória do processo, os documentos de que António Borges recebeu a confiança — e que, imediatamente, foram procurados e achados pela PIDE.

Galvão — Sou escritor. Trabalho o romance e a comédia, mas também o ensaio, o estudo... A Lei não proíbe que um cidadão, em sua casa, e para seu uso exclusivo, escreva o que quiser. Os documentos referidos são planos duma hipotética revolução, exercícios em que me entretive como escritor e como militar. Não os mostrei nem comuniquei a

Galvão (continuando) — Mas contudo aparece esse documento que me compromete e sumiram-se outros, muitos outros que me defenderiam... Que fez a Pide de grande parte dos papeis que apreendeu em minha casa? Documentos que me são preciosos...

O general Presidente interrompe-o, duramente:

— Mais documentos? Este processo já tem documentos a mais! Apareceram documentos a mais! E eu já preveni V. Exa. de que não posso consentir acusações à Polícia...

Galvão passa rapidamente a explanar e justificar outros articulados da acusação. A reunião do teatro do Ginásio e a outra, numa casa da avenida do Aeroporto. Adjuntos onde se não tratou de revolução mas de problemas relativos à O. C. N. e que se realizaram sem qualquer mistério ou disfarce num direito legal de convivência entre humanos.

— As senhas para o camarote... estavam na mão dos contínuos... e eu até lhes disse os nomes dos "conspiradores" por quem esperava...

De seguida ocupa-se dum documento, com uma "missão", que é acusado de dar, na reunião do teatro do Ginásio, ao ten.-coronel Martins dos Reis. Nega o facto e termina a tirada nesta frase teatral:

— Eu não tenho medo! Estou isento da doença do medo! Se digo que não entreguei nenhum documento ao sr. ten. coronel Martins dos Reis, é porque é verdade, não é por medo...

Estabelece-se diálogo entre Henrique Galvão e o Juiz Auditor. E' este que se interessa pela verificação do pormenor afirmado pela acusação e contestado pela defesa. O Juiz Auditor dirige-se então ao ten.-coronel Martins dos Reis. O réu ergue-se pensosamente para responder de pé ao interrogatório.

O Juiz Auditor — V. Exa. não recebeu um documento, com uma "missão" revolucionária, que o sr. capitão Henrique Galvão lhe entregou no teatro do Ginásio?

— O ten.-coronel Reis — Não senhor...  
— O Juiz Auditor — Mas V. Exa., nos autos, refere-se a esse facto...

O ten.-coronel Reis — Eu já neguei a veracidade dos autos... Estava então muito doente... Não sei o que assinéi...

O incidente fecha-se rapidamente e Henrique Galvão continua na apresentação da sua defesa. Mas não consegue dizer, de fio a pavio, a contestação dum articulado ou a sequência dum argumento. O Juiz Auditor e o general Presidente interrompem-no constantemente. Ele aguarda o correr da frase, atento, de mão no gatilho da arma, como bom caçador — e tem pronto, fulminantemente, o tiro decisivo.

Diálogo que é um duelo entre adversários desiguais. Duelo de dois contra um, mas em que, como nos filmes populares, o mais fraco é o mais forte. Eu não gosto de Henrique Galvão, já o disse e não me importa repeti-lo, mas presto homenagem ao bom quilate do seu temperamento de lutador e à lição de energia viril que o vejo distribuir a várias centenas de portugueses assistentes.

O general Pereira do Vale, o Juiz sentado à esquerda do Presidente, continua imóvel, silencioso, em missão de corpo presente. Não posso garantir que o seu vulto, há duas horas na minha frente, não seja o dum boneco ali colocado para figuração.

(Continua)

O livro de Maria Archer, "OS ÚLTIMOS DIAS DO FASCISMO PORTUGUÊS" (cliché), pode ser adquirido nas principais livrarias de São Paulo e do Rio de Janeiro ou na administração de PORTUGAL DEMOCRÁTICO (Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2, caixa postal 4.469, São Paulo, Brasil). Custo Cr\$ 200,00 (brochado) ou 300,00 (encadernado)

tudou a fundo, etc.; e não pode fazer comentários ao Governo nem queixas da Pide, etc., etc.

O Juiz Auditor — Tem V. Exa. mais alguma coisa a alegar em sua defesa?

Galvão — Eu desejaria entender melhor o pensamento de V. Exa...

Auditor — Repito... V. Exa. não pode fazer comentários ao Governo nem censuras à acção da Polícia Internacional e Defesa do Estado...

ninguém. V. Exa. não encontra uma única pessoa que possa dizer-lhe que os viu ou deles ouviu falar! Poderia mesmo alegar que se tratava do capítulo dum romance... Mas prefiro não me afastar da verdade e a verdade é que esse plano não passou dum estudo que fiz para mim, para meu uso exclusivo, e de que ninguém se pode dizer conhecedor... Aliás, um estudo incompleto, a que eu dedicava pouco tempo e pouca atenção...

## AOS LEITORES DE PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Futuramente, embora o nosso endereço continue o mesmo, (RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2), toda a correspondência deve ser remetida para a CAIXA POSTAL 4.469, SÃO PAULO, BRASIL.



## ÁLVARO LINS DIRÁ O QUE PENSA DO REGIME FASCISTA DE SALAZAR

O brasileiro mais popular em Portugal regressou, definitivamente, ao seu país. Já os nossos leitores adivinharam que se trata do escritor dr. Álvaro Lins, que foi embaixador do Brasil em Lisboa.

Demos oportuno relato do que foi a emocionante despedida ao grande brasileiro e corajoso embaixador, por parte das mais gradas figuras da intelectualidade lusitana e, nomeadamente, dos mais destacados líderes da Oposição Democrática Portuguesa. O dr. Álvaro Lins tem, para sempre, um lugar de eleição no coração de todos os portugueses. Nem o tempo nem os homens apagarão essa justa simpatia. Quanto a nós, apenas desejamos, como fiéis intérpretes do Povo Português, que o diplomata volte ao lugar que com a maior nobreza desempenhou.

Entretanto, Álvaro Lins vai regressar às suas atividades de professor e escritor, aproveitando a ocasião para escrever um livro sobre o que pensa de Salazar e do seu regime. E bastará que Álvaro Lins escreva o que viu.

**AS DECLARAÇÕES DE ÁLVARO LINS**  
Ao chegar ao Rio de Janeiro, o diplomata brasileiro fez interessantes declarações:

«Todas as grosserias e desatenções que recebi do governo português — disse — não me irritaram nem me fizeram perder a serenidade, pois isso só fazia demonstrar que a ditadura portuguesa consegue ter ainda mais mesquinha e baixa do que violência e crime». E acrescentou: «No Brasil, continuarei a ser o mesmo e decidido amigo que sempre me mostrei do povo português».

Quanto à participação da diplomacia brasileira nos acontecimentos do asilo concedido ao general Humberto Delgado e que originaram sua recusa de continuar chefiando a representação diplomática do Brasil junto do governo de Lisboa, explicou-se de falar, por enquanto, pois — salientou — ainda tinha algumas formalidades a cumprir. «Primeiro, fizei ao Itamarati dar conta de minhas últimas atividades na chefia da embaixada brasileira em Lisboa, e depois pretendo reassumir minha cátedra de Literatura no Colégio Pedro II. Posteriormente, de posse de informações mais detalhadas, é que estarei em condições de falar sobre o assunto, a fim de não cometer nenhum julgamento precipitado. O que tenho a dizer eu o farei em entrevista, artigo de jornal (pois pretendo retornar à imprensa) ou em livro. Pode bem ser que utilize todos esses meios de divulgação».



«O jornal «PORTUGAL DEMOCRÁTICO» circula de norte a sul de Portugal apesar de todos os esforços da policia salazarista para apreendê-lo», declarou o ilustre escritor e diplomata Álvaro Lins, que vemos, na fotografia, com o nosso representante no Rio de Janeiro (centro) e o jornalista Osório Borba, do «Diário de Notícias».

## Portugal na V Bienal

O suplemento do «Notícias de Portugal» (editor: o SNI), n.º 654, relata que «Na V Bienal do Museu de Arte Moderna de S. Paulo verificou-se não só o alto nível da representação portuguesa como o acolhimento que tal representação obteve». Cita-se ainda «uma recente comunicação de S. Paulo, muito elogiosa mas de que se omite a fonte, segundo a qual teria sido destacada «a harmoniosa sala dos artistas contemporâneos».

Trata-se de um lapso, é claro. Abstraindo da sala de Amadeu de Souza-Cardoso, a representação... salazarista era detestável, pois dela se encontravam ausentes os mais categorizados pintores e escultores portugueses contemporâneos. É por isso que o SNI, na falta de elogios, inventa. Mas com tanta infelicidade! E mentindo! (O que está bem nos hábitos do SNI, da ANI, da «união nacional», de Salazar e seus agentes...).

## O DIREITO DE ASILO

Na oportunidade em que passou por São Paulo o ministro das Relações Exteriores da Colômbia, foi-lhe entregue a seguinte mensagem de protesto:

Excelentíssimo Senhor Julio Cesar Turbay, Ilustríssimo Chanceler da República da Colômbia,

Excelência:

O Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, que reúne pessoas que no Brasil encontraram a liberdade que em Portugal a todos é negada, tomou conhecimento pelos jornais da gravíssima notícia de que presos políticos evadidos à policia de Salazar foram recapturados por ela, depois de em vão terem tentado obter asilo na Legação, em Lisboa, da República de que V. Excia é o Chanceler. O reconhecimento do direito de asilo, sempre praticado pelos países da América Latina, ainda recentemente salvou, através das Legações da Argentina, do Brasil, de Cuba, do Uruguai e da Venezuela, vários patriotas portugueses que, nesses países, vieram encontrar um refúgio que não pode, evidentemente, ser limitado pelo Governo a cuja tirania se foge.

Aproveitando a oportunidade da visita de V. Excia à livre e generosa terra brasileira, quando precisamente se abre este clamoroso precedente, o Comitê protesta veementemente contra a violação dos direitos humanos que a recusa de asilo representa, e contra o que, parecendo uma cedência às injunções de um Governo estrangeiro e totalitário, significa um atentado ao prestígio das tradições de generosidade dos países livres da América Latina, entre os quais se conta a República da Colômbia, de cujos negócios externos V. Excia é o orientador».

## SALAZAR E OS MARCIANOS

O «Diário de Notícias», do Rio de Janeiro, consagrou recentemente a «Salazar e os Marcianos» o seu «Momento Internacional». Depois de transcrever um documento recebido de Lisboa, intitulado «Uma atitude imbecil do embaixador Vaseo Vieira Garin mete Portugal a ridículo no seio das Nações Unidas», acrescentou o importante matutino carioca:

«Esse pobre homem que uma oligarquia fez representante na ONU e o seu «guia espiritual» que muitos consideram «grande estadista» aí está em corpo inteiro, no seu ridículo na sua mediocridade, no seu provincialismo irremediável. Esta é certamente de tódas as «anedotas de portugueses», a mais cruel, porque esta é verdadeira e o personagem que a contou na Assembleia da ONU, sem se aperceber que era uma anedota, é o representante de um país digno que conta com alguns nomes de valor universal no domínio das letras, da ciência e das artes em geral. Devemos apenas fazer um desconto: ele de fato não representa o país mas um governo ditatorial, que liquidou, sufocou ou exilou os melhores representantes da sua cultura.

A ditadura portuguesa está cercada de mediocres e o próprio Salazar, pelo exercício do poder absoluto, é hoje mais mediocre do que quando iniciou a sua carreira política, embora já nesse momento o fôsse principalmente se o compararmos aos grandes homens da Nação portuguesa, quer da monarquia quer da República».

«PORTUGAL DEMOCRÁTICO»  
— um jornal português que não é submetido à censura.

## OPINIÕES INSUSPEITAS

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

E o tenente de carregar pela boca, disparou o bacamarte da inteligência e da cultura salazarista com este estúpido atterrador, que justifica plenamente a mentalidade dos seus superiores hierárquicos, e atoa céus e terra, como a basólia dos comendadores, jiboiando o feijão artilheiro das tripas à moda do Porto:

Circulação Interditada por conter a Revista Brasileira ns. 1, 2, 3 e 4, de Estudos Sexuais.

### NA PÉROLA DO ATLÂNTICO

O azul do Atlântico observado do Terreiro da Luta, os jardins floridos dos arredores do Funchal, as rendas de bilros, o vinho licoroso, os carros de bois, a paisagem que se desfruta do Pico de Barcelos, as vendeiras de flores com seus trajes regionais, o fogo-de-vista da noite de São Silvestre, o clima mais ameno do mundo, e outras muitas atrações da paradisíaca Ilha da Madeira, dão-lhe foros de famosa estância internacional de turismo.

Mas a verdade é que esse turismo está altamente prejudicado pelo panorama humano, confrangedor para o passageiro em trânsito, ou para quem ali vai de maior demora — férias, cura, ioco, noivado (que é outro jogo à la longana)...

Disse o «Jornal da Madeira»: «Dezenas de rapazitos (e não elevamos o número para não nos suporem exacerados) vagueiam pelas ruas da cidade, numa demonstração de miséria moral e física, que arrastam e muitas vezes os levam à queda brusca e inevitável, no abismo da perdição».

Eles aí andam, descalços, andrajosos, snios, chafurdando nos caixotes do lixo em busca de restos de comida, ou furtando, nas barracas e bancas do Mercado, fruta que se destina aos porcos, para mitizarem a fome, ganharem forças para se manterem de pé.

E se sucede estarem harcos fundeados no porto, o número desses menores aumenta de maneira impressionante — e aqui está um pequeno nada a implicar com o turismo, a influir no bom ou no mau conceito que o estrangeiro possa fazer de nós.

Nestes detalhes não atentam aqueles dos nossos patriotas que vão a Portugal para arrotar prosperidade e voltam com a pança enxundiosa, testa como um ôdre, das excelências da PIDE, da Legião, do Estado Novo e suberviência à besta apocalíptica e à sua ordem.

O povo humilde, faminto, maltrapilho, é coisa desprezível para a soberbia ricaça dos salazaristas, uma chaga social que a policia deve suprimir pela força para não desacreditar a prosperidade de fachada que o governo espalha aos quatro ventos.

Tenho de prevenir com a devida antecedência: acredite se quiser.

De há muito venho afirmando que na «Fermosa Estribaria», a censura é exercida por caserneos analfabetos, ou por uns mocinhos de braguilha no traseiro e alfabetizados às pressas para poderem obter os galões da tropa onde exercem, às ordens de graduado, cuja mentalidade é de carregar pela boca, a missão aguerrida de faxinas, limpando dos livros, gazetas, correios, tudo quanto possa abrir o autoclismo da latrina totalitária, geralmente entupido com a... da civilização ocidental.

E assim é que apresentei nesta coluna, a quando da viagem craveiral, os cortes que a fedorenta repartição havia feito na biografia do nosso ilustre patriota dr. Ricardo Severo.

Não disse aqui, mas toda a gente soube, quanto tempo foi protelada pela censura em Portugal a notícia do «Prémio Nobel» a Egas Moniz, já que estava na lógica dos burros censuradores que tão alta distinção, para alguém lá da terra, só era possível se fosse conferida ao almocreve de Santa Comba.

Levou um tempão a convencer-se a confraria totalitária que a Academia Sueca não se tinha enganado e, com toda a justiça, atendeu a proposta dos brasileiros.

Com os correios, o caso é de arrebrantar os cozes, e até parece galhofa de botica, inventada pelo prior para arrelhar mestre-escola vermelhusco, naquelas testilhas aldeãs dum filosofia pataqueira e tem-te-não-caias.

«Tudo quanto vem do Brasil é suspeito», bem diz o coronel Fontes, maioral da vessada de Riba Douro.

Qual Rio Sousa, que nasce ou deixa de nascer, onde Judas perdeu as botas! Se é o capitão Sarmiento Pimentel que escreve, corte tudo, porque ali tem trovisco até nos olhos d'água da origem. E corte também, e sempre, o nome desse republicanismo sem conserto que lá no Rio de Janeiro, São Paulo (o hominho em geografia é um barra!) anda a demoralizar o nosso chefe e a sua obra.

— E esta Revista de Estudos Sociais, meu coronel, que bicho é este?

— Qual Estudos Sociais, nem qual carapuça! Não seja besta, tenente. Estudos Sexuais, é que é. Bem se vê que você é novato nestas tricas com que os encarniçados inimigos do Estado Novo, os traidores, procuram fazer fracassar a nossa missão, tentam minar o patriotismo e a fidelidade da Legião, pervertendo com leituras imorais os bons costumes da nossa juventude. Leia bem, tenente, e aponha o carimbo oficial — circulação interdita —, mais a justificativa da devolução, por ser correio do Brasil e em virtude de estar em vigor o Tratado de Amizade e Consulta.

### A CULTURA PORTUGUESA

## E "OS FRANGOS SITUACIONISTAS"

À nossa redação chegou o recorte de um artigo que o «Diário de Notícias», de New Bedford, Mass., Estados Unidos, publicou (23-10-1959), com o título de «Caminho Errado!».

Por se tratar, cremos, do único diário em língua portuguesa editado no Exterior, julgamos interessante transcrever o que pensa o «Diário de Notícias» do «caminho errado» dos «frangos situacionistas»:

«Tempo Presente» é uma nova revista, meio confidencial, que se publica em Lisboa, subsidiada supõe-se por quem.

Para que se acredite, traz esta explicação, abaixo do título «Revista portuguesa de cultura».

Dirige-a um glorioso desconhecido: Fernando Guedes, «aconselhado» por três do mesmo jaez, além de um «avestruz lírico-cômico» (este de talento).

Pouco importa o que algumas costureiras e costureirinhas malucas da filosofia e das artes nacionalistas escrevem, pois têm tanto direito como os esquerdistas que abundam nas letras, em Portugal.

O pior é que certos «tachistas» (os que se governam com a situação política) parecem querer despojado de rivais o País, como se a pia não lhes bastasse.

Há «tachistas» que comem e calam.

Há outros que comem e grunhem, por não quererem ver outros fochinhos ao lado, nas letras e no resto.

Certos vendedores da hortaliça nacionalista revelam uma intolerância sintomática, como o imbecilidade — não pode ser outra coisa — que, no último número da revista a «Tempo Presente» sugere que saiam de Portugal numerosos intelectuais, escritores e artistas, de maior ou menor tomo, entre os quais João Gaspar Simões (o crítico literário de maior vulto), o romancista Virgílio Godinho, o Prof. Vieira de Almeida, o poeta Alberto de Serpa, o pintor Eduardo Malta, o famoso Ferreira de Castro, o dr. António Sérgio (designado estupidamente por A Mula da Cooperativa), o político Rolão Preto, o Padre Dinis da Luz, etc., etc.

O «convite», além disso, é feito em termos galhofeiros e confusos ao mesmo tempo, de molde a darem a idéia de conjuras políticas.

Enquanto o próprio Salazar diz que «todos não são demais para continuar Portugal», os frangos situacionistas arrelham-se ao verem cristas de cor diferente no poleiro e excrementam os que estão na mó de baixo.

Prestam um mau serviço ao País — sem falar já na «cultura» a cujo serviço se dizem».



# O CHEFE DO BANDO ESTÁ FURIOSO

LUIS C. CALAFATE

Tive a honra de ser considerado desertor pelo governo salazarista de ocupação.

E não ficou por aqui a distinção. Conspirador, comunista, discípulo dos facinorosos do 19 de outubro foram, e seguem sendo, os epítetos mais benignos que se me despejaram em cima. O mais curioso é que parece que também me chamam ingrato. Gostava de saber porquê — se até dos pobres sessenta pseudos mensais do famoso abono de família estive injustamente privado larga temporada, enquanto prestava serviço ativo.

A questão do ingrato tem pilhas. Será de não me mostrar agradecido por me autorizarem a cumprir as obrigações profissionais? Naturalmente, eu devia estar muito grato por me ser permitido chegar até major. Como se os galões fossem uma dívida do dono do País! — que ele generosamente «dá» por favor pessoal. Ao que parece, só este critério explica que agora me fossem tirados.

Hoje o salazar dá tudo: dá licenças de montagem de indústrias, dá as promoções a juiz, dá o ar que se respira — às vezes tão escasso nas masmorras pidescas. Chegou-se ao absurdo de atribuir esta bacanal de caridade ao homem cuja doentia avareza o torna incapaz de dar uma gravata que seja — salvo se for para enfiar o adversário.

Não admira, portanto, que tenha resolvido tirar-me os galões de major, como o dono do taseo, zangado com o marçano, lhe tira os botões de punho que lhe ofereceu no dia de anos. Antes do reteste Salazar, houve um rei D. Carlos que, a um alferes muito aflito com medo de ser demitido por qualquer falta que não vem ao caso, lhe respondeu: — Homem! nem Deus te pode demitir; ainda que morresses agora, morrias alferes.

A lógica mais elementar explica cabalmente estes fatos. A lei da causalidade é tanto mais exata quanto os fenómenos se encontram mais próximos da matéria inanimada. Dum coração solitário e álgido, de onde se escaparam os sentimentos que formam rico conteúdo da vida, só pode escorrer a sorosidade viscosa da perfídia.

Era inevitável!

Tomar atitudes de franca hostilidade ao todo-poderoso Antonio é sacrilégio merecedor das penas eternas: — «Vamos a ele — troveja o coiro estadonovense, — esacêhemo-lo impiedosamente».

Mas ele escapou-se; não foi, submisso, pôr a cabeceira no cepo para que lhe decepassem, por caridade: «Ah malandro — gritam enfurecidos — e agora? Estragou-nos tudo. Bem, à frente com a tática infalível do subornozinho».

O pior é que a tática também falhou. Falhou uma, duas e mais vezes. A coisa começou a tornar-se grave. Negar um arranjozinho obscuro para, sem fazer barulho, voltar tudo à normalidade representa, aos olhos do ditador, incrível rebelião. Tanto mais que convinha de momento nada transpirar que cheirasse a desordem, na altura em que se enchiam os jornais com a campanha publicitária da tranquilidade paradisíaca que o dono do regime derrama prodigalmente sobre a moleirinha do povo português. Chegou a sair uma novela de excelente aspecto gráfico, de índole jurídica, atacando o direito de asilo político. Digase de passagem que o êxito foi medíocre. Efetivamente, apesar da melhor boa vontade, a obra tresandava a sensaboria. Como havia toda a vantagem em abafar os rumores da

conjura em marcha — era na altura em que se tangia o bordão da paz e da ordem na rua e nos espíritos como máximo argumento contra o asilo do general Humberto Delgado — a promessa de passar uma esponja pelo incidente oferecia muitas probabilidades de ser cumprida.

Ó cêus!... É que, então, a ousadia de recusar o suborno assume proporções de nefando crime. O pseudo-patriarca desfavele a máscara, e aparece o velho, de olhos rajados, a faltar ódio... Os tentáculos começam a mover-se lentamente... Mas o pássaro tinha-se posto ao fresco.

Em boa verdade, tenho de agradecer o furor da perseguição com que fui distinguido; limou-se-me a consciência do remorso de alguma vez, em remotos tempos, ter acreditado na boa fé da filarmónica.

É digno da maior admiração todo aquele que, partindo da mais humilde origem se eleva por mérito próprio às culminâncias do triunfo. Simplesmente, o valor autêntico é modesto. O isolamento obsessivo em torre de marfim, a cólera inofensiva à mínima crítica, a avidez de torcidos e tremidos em matéria de protocolo, que cobrem de ridículo as marionetes da banda governamental, são rotundo desmentido à apregoada modestia do chefe.

A Inglaterra, o país mais familiarizado com as complicadas praxes protocolares, é apenas aprendiz em confronto com a sabedoria salazariana neste assunto. Quando da visita à terra portuguesa, Sua Majestade e o príncipe Filipe sentiram-se tão constrangidos, tão atolados em protocolo que, no último momento, não podendo resistir mais àquele pesado, como um desabafo, saltaram para uma plebeia camioneta que se encontrava próximo. Talvez o ditador não gostasse, mas este gesto democrático provocou no Povo em delírio a mais vibrante aclamação de quantas se fizeram durante toda a visita. Como sempre, o antagonismo Salazar — Povo marcou outro ponto.

O gosto pelo exibicionismo de fachada para assombro do estrangeiro, o fato de só conceder intimidade aos representantes da opulência, arredando com impaciência os fedores da pobreza, dão a clara ideia do orgulho que o esbrazeia.

## "QUANDO OS LOBOS JULGAM"

A separata que publicamos com a edição de dezembro de "Portugal Democrático", reproduzindo, na íntegra, as acusações que os "juizes" de Salazar fizeram contra o grande escritor Aquilino Ribeiro, obteve o mais assinalado êxito junto dos nossos leitores. A repercussão que teve o importante documento na opinião pública brasileira e particularmente nos meios intelectuais e artísticos, foi igualmente a mais favorável.

Na verdade, com esta edição especial, "Portugal Democrático" revelou até que ponto desceem os próceres da "união nacional", quando insultam e agredem aqueles que repelem a ditadura fascista de Salazar. Quanto a Aquilino Ribeiro, não serão os covardes salazaristas que farão o seu "juízo", pois este já está feito, há muito, pela crítica responsável portuguesa e internacional, ao considerar o romancista de "Quando os Lobos Vivam" um dos maiores, senão o maior, escritor português vivo.

# Declarações do prof. Aniceto Monteiro

Encontra-se no Rio de Janeiro, a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o ilustre matemático português, prof. Aniceto Monteiro. À sua chegada, em meados de dezembro, à capital federal, o ilustre cientista fez as seguintes declarações à imprensa:

«Não existe o intercâmbio luso-brasileiro. Portugal envia para o Brasil pessoas escolhidas por critério de ordem política, gente que não representa a inteligência portuguesa e que só serve, em geral, para aumentar o repertório do anedotário sobre os portugueses».

A lista dos intelectuais lusitanos perseguidos pelo fascismo é imensa, isto porque a inteligência portuguesa se mantém ao lado do povo, na luta contra o regime, que asfixia o país há 33 longos anos».

«Os alunos da escola primária do meu país vestem, obrigatoriamente, o uniforme verde dos «lusitos» e os da escola secundária o uniforme castanho da mocidade portuguesa. São obrigados a desfilar de mãos estendidas à fascista e marcham a passo de ganso. E os professores universitários são expulsos das suas cadeiras, por manifestarem sua oposição ao regime asfíxiante».

Cultura desenvolve-se em democracia

O prof. Antonio Aniceto Monteiro veio ao Brasil, como acima dissemos, a convite do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, instituição da qual é fundador. Já lecionou na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de 1945 a 1948. Atualmente está radicado na Argentina, contratado pela Universidade do Sul, para organizar um Instituto de Matemática. Tem 52

anos, nasceu em Mossamedes, na colônia portuguesa de Angola. É licenciado em Ciências Matemáticas pela Universidade de Lisboa e doutor pela Sorbonne; membro correspondente da Academia Brasileira de Ciências, laureado pela Academia de Ciências de Lisboa com o Premio Artur Malheiros.

«Preciso falar de política, porque o desenvolvimento da cultura só é possível quando existem as liberdades democráticas fundamentais» — declarou o prof. Antonio Monteiro. — «A maior riqueza de um país, são as imensas reservas de inteligência existentes nas amplas camadas populares, que só podem revelar-se numa atmosfera de progresso».

### Matemáticos emigram

Perguntado sobre a evolução das ciências matemáticas em Portugal, disse o prof. Monteiro que «o caminho dos matemáticos portugueses é emigrar. Isto é o que se observa. Agora, vêm eles para o Brasil, onde encontram uma segunda pátria. Não seria este, certamente, o desejo desses matemáticos se tivessem o auxílio que merecem».

### Censura

Disse, mais, que «em Portugal não existe nenhuma liberdade democrática fundamental». «Eu nunca votei em meu país. Os jornais estão submetidos à censura».

O prof. Antonio Aniceto Monteiro concluiu suas declarações lembrando a figura de Tiradentes, «exemplo que ilustra a ferocidade manifestada pela reação portuguesa, sempre que governou o país. Tiradentes deve estar sempre presente no espírito dos portugueses que desejam um Portugal livre e independente» — concluiu.

# SALVEM O ENSINO ENQUANTO É TEMPO!

MÁRIO DE VASCONCELLOS E SÁ

Publicou recentemente O Primeiro de Janeiro, um dos mais importantes órgãos da imprensa portuguesa, o artigo que nesta edição reproduzimos parcialmente, intitulado "Salvem o ensino, enquanto é tempo". O seu autor é o dr. Mário de Vasconcellos e Sá que, no conceituado jornal português, costuma comentar os problemas do ensino.

Sabendo-se como é severa, prepotente e estúpida a censura salazarista, podem os nossos leitores avaliar do quanto não deixaram dizer ao dr. Mário de Vasconcellos e Sá sobre a magna questão do ensino em Portugal

«(...) Não temos à mão estatísticas nossas, atualizadas, em que possamos colher números. Em 1957 havia inscritos nas escolas primárias e secundárias do nosso país 977.117 alunos, assim distribuídos: Escolas primárias — 841.937; Liceus — 76.637; Escolas técnicas — 58.543.

O ensino primário, de 1955 a 1957, teve um aumento de 28.606 jovens; o liceal, 13.951 e o técnico, 12.597, respectivamente as percentagens de 3,5%, 22,2 e 27,5%. Evidentemente que estamos longe dos números relativos à França. O aumento, porém, dá-se, e o problema, no fundo, é o mesmo.

Para este acréscimo de população escolar faltam-nos escolas e professores, o que é pior.

O ensino faz-se melhor em escolas próprias e novas, mas faz-se também, com maior dificuldade, em escolas improvisadas. Os professores é que não se podem improvisar. Com um mau edifício escolar, um bom professor querendo e sabendo, pode fazer milagres. Lembro, entre nós, o velho casarão onde funcionou o Liceu de Alexandre Herchland, em Santo Ildefonso, quando da sua criação, em que os seus professores, improvisando laboratórios, habilitaram alunos que, nos cursos superiores, se impuseram pelo saber e deram nome ao liceu que os preparou.

O mesmo não acontece com as escolas que podem ser muito boas, estar muito bem apetrechadas, mas que, sem professores, nada produzem.

Para fazer face a esta corrente altíssima, o problema é, pois de professores — e só de professores — tanto entre nós como lá fora (...)

Entre nós, os alunos amontoam-se nas classes e turmas das escolas primárias e secundárias. As nossas escolas normais não têm a frequência necessária para fornecer as escolas primárias, cuja frequência aumenta de ano para ano, os liceus normais não são frequentados pelos candidatos precisos para satisfazer as necessidades criadas pela corrida dos jovens aos liceus e escolas técnicas.

O (...) ministro da Educação, Engenheiro e Prof. Leite Pinto, ainda há tempos, citando números, afirmou: «As 18 escolas do magistério primário diplomam, por ano, 1.400 novos professores. Como todos os anos são abatidos ao efectivo 800, só temos 600, quando as necessidades de acréscimo da população exigem 1.000 lugares de professores» — hoje, diremos nós, muitos mais. «O déficit de professores, perante o número de regentes, tende assim a agravar-se».

Nestas condições, parte do ensino primário está sendo realizada por regentes escolares, sem preparação especial, actualmente em número de 6.600, ou seja, um pouco menos de metade do número de professores legalmente habilitados.

Referindo-se ao ensino secundário, o (...) titular, continuando as suas claras deduções, disse que, em 1950, havia 856 professores com exame de Estado e 54 eventuais. Hoje (1957), são 779 os professores pedagogicamente preparados e 425 os que só possuem formação académica (apenas com a licenciatura e alguns até sem ela). Em sete anos, conclui, a percentagem dos eventuais passou de 5 para 35%.

Nós diremos, atualizando, que a percentagem dos professores sem preparação pedagógica é agora muito maior, em consequência da afluência de jovens às escolas secundárias.

O resultado é o número excessivo de alunos em cada turma e a necessidade de lançar mão de professores de emergência, sem diplomas e muitas vezes longe de terem as habilitações imprescindíveis para ensinar. Daqui, a crise da desvalorização que atravessa o nosso ensino e de que peca também o dos outros países, como ainda, há bem pouco a U.N.E. S.C.O. dolorosamente registrava.

É, porém, ainda um factor económico que afecta este problema. A remuneração do professorado é baixa, em comparação com a das outras profissões liberais e burocráticas. Daqui a fuga, motivo por que se torna cada vez mais difícil encontrar professores de Matemática e Ciências, visto acharem melhores remunerações na Indústria e no Comércio.

# ADIADO O CONGRESSO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Em virtude de terem surgido dificuldades de organização, provenientes sobretudo do desejo que anima os organizadores do CONGRESSO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES de reunirem todos os setores políticos livres do nosso país, esta grande manifestação de fé democrática foi adiada sine die.

Entretanto, a todos os democratas portugueses solicitamos continuem a enviar-nos as suas teses, que devem obedecer ao seguinte temário:

- I — Educação e Cultura. II — Economia (Indústria, Comércio e Agricultura). III — Ultramar. IV — História da República. V — Democracia, Liberdade e Direitos do Homem. VI — Comunidade Luso Brasileira. Quaisquer outros estudos que se revelem de interesse para Portugal, embora não abrangidos especificamente no temário, serão igualmente aceites.

As teses devem ser remetidas à Comissão Executiva do Congresso dos Democratas Portugueses (Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 — Caixa Postal 4469 — São Paulo — Brasil), recomendando-se aos interessados que residam em Portugal que averiguem dos meios mais seguros de fazerem chegar os seus trabalhos à Capital Bandeirante.

Quaisquer esclarecimentos podem ser ainda solicitados à Comissão Executiva, que aproveita a oportunidade para salientar que de Portugal e de inúmeros países têm chegado os melhores incentivos aos que lancaram a ideia da realização de tão necessário e oportuno Congresso.

Que os digam os quadros das Faculdades, em que os professores e assistentes abandonam com frequência os seus lugares para ocuparem cargos mais rendosos em empresas industriais e até nos empreendimentos que se estão realizando nas nossas províncias ultramarinas.

O problema fundamental é, pois, o do professorado, mas para se fazerem bons professores e se manterem com dedicação nos seus quadros é indispensável que os seus vencimentos estejam em paridade com os das outras profissões liberais. De outra forma, a classe do professorado extinguir-se-á ou ficará reduzida aos piores...

Como fazer reformas de ensino sem os fundos necessários para que não fiquem apenas como projectos no papel?

Podem ser muito bem pensadas, muito bem organizadas, mas a verdade é que, sem professores, nenhum plano de ensino pode ser executado, dêem-lhe as voltas que lhe derem.

É o que pensamos quando ouvimos falar em reformas de ensino secundário ou superior. Neste último ramo de ensino dizem-nos que irão ser criadas novas cadeiras, a fim de satisfazer as necessidades crescentes da ciência e da técnica.

Com o aumento da população e com a subida do custo da vida, o problema das «élites» de amanhã constitui uma questão vital que é preciso enfrentar e resolver com calma, mas a sério. Nada, porém se pode fazer sem dinheiro...

Há, pois, que dignificar o professorado, atraíndo-o e acarinhando-o por todas as maneiras, de forma a remunerá-lo convenientemente, em relação às outras profissões, porque a do magistério é das mais longas e difíceis.

Há que facilitar a entrada nas Escolas do Magistério e nos Liceus Normais, suprimindo os exames de admissão, durante cinco ou seis anos, a fim de atrair e preparar o maior número de professores.

Há que reconhecer, por todas as formas, os serviços dos professores que trabalham e se dedicam e, sobretudo, há que rever a política orçamental, como já aqui, em tempos, prognosticamos, porque sem verbas orçamentais não se podem ter escolas, laboratórios, oficinas e, muito menos, professores e técnicos».



## O EMBAIXADOR E O HUMORISTA

Na coluna humorística que diariamente publica no jornal "Ultima Hora", o jornalista Stanislaw Ponte Preta, que em diversas oportunidades tem dito o que pensa de Salazar e seus palhaços, consagrou ao "embaixador" Rocheta a seguinte e saborosa crônica, intitulada: "Pelo rebolado da coisa o embaixador Rocheta vai entrar bem".

"O jornal "O Século", de Lisboa, dá uma notícia muito interessante, sobre a excelente revista "SR" (Senhor), dizendo que — pela terceira vez consecutiva — ela foi proibida de circular em Portugal. A primeira vez, foi quando Fernando Sabino, recém-chegado daquele país e, sendo um menino muito democrata, chateou-se com a calhordagem do governo de Salazar e publicou algumas verdades sobre ele, num longo artigo que intitulou: "Requiem para o dono de Portugal".

A segunda vez que a revista "SR" foi proibida de entrar em Portugal, para não botar minhoca na cabeça dos que ainda são salazaristas naquele país, foi quando o nosso colega jornalista Newton Carlos castigou nas páginas da bela revista uma reportagem das mais interessantes, sob o título "Ditadores do Mundo Livre", reportagem esta que devia ser lida pelo tal comendador que levou um murro do general Delgado na porta do Clube Ginástico Português, quando, recentemente, salazaristas e anti-salazaristas residentes no Brasil tentaram efusiva troca de bofetões para explicar o que pensam do regime. O comendador, em vez de dar vexame, devia ler a reportagem e ficar encabulado.

Agora, segundo ainda "O Século" — o tradicional diário lisboeta — a revista "SR" é proibida de circular pela terceira vez. E sabem por quê? Não há nenhum artigo espinhafrando Salazar, nem sequer qualquer menção ao governo português. Desta vez a revista "SR" foi proibida porque o embaixador de Portugal no Brasil, o trêfego senhor Manuel Rocheta, mandou uma carta à redação do mensário, elogiando a revista (1).

Ora, pois, o senhor Rocheta, está em maus lençóis. Heim ó Pá? Depois daquele vexame que deste na porta do Ginástico, a berrar como um estudante exaltado vivas a Salazar, esquecido de que eras o embaixador de um país irmão e que aqui representas muito mais um povo amigo do que um governo de força, esquecido — repetimos — tu me dá uma mancada dessas, ó Rocheta?

Então tu não podias pensar um boacredito, antes de bancares o parvo, ó aldrabão? Essa mania que têm os embaixadores de puxar o saco da imprensa para mostrar serviço é que te levou à mancada, pois não foi, ó Rocheta? E que baixo, filho. Elogiares logo a revista que — em dois números anteriores — gozou o sr. dr. Oliveira Salazar.

Escreve amanhã, mesmo, ó Rocheta. Manda carta amanhã bem cedinho, explicando que por Deus, por quem sois, vossas excelências, perdoem... ora mas que maçada...

Escreve rápido, Rocheta, porque, pela pinta, vais perder a bocarrica. Como é que foste cair nesta esparrela, ó meu Santo Antoninho! Mas escreve bem, bem depressa porque — nesta altura dos acontecimentos — Salazar já está escolhendo outro pro teu lugar, laparoto."

### VOLTARÁ O EMBAIXADOR?

Stanislaw Ponte Preta, depois da primeira crônica, voltou a escrever sobre o "embaixador", comentando:

"É a terceira vez que a Embaixada portuguesa desmente (sem que ninguém tenha dito nada em contrário) que o sr. Farrajota Rocheta não vai ser substituído no posto. Olhem só mais esta notícia: "O governo português não trata, no momento, de substituir o seu embaixador no Brasil, devendo o sr. Manuel Farrajota Rocheta reassumir o seu posto em fevereiro próximo."

Acontece que o Farrajota, depois daqueles vivas a Salazar na porta do Clube

Ginástico Português, que mais pareciam vivas ao Vasco dados pelo Zé de São Januário, e depois também de ter elogiado a revista "SR", que está proibida de circular em Portugal, tais são os artigos que nela saem publicados contra o salazarismo, o sr. Farrajota está mais a ponto de se esborrachar do que jaca madura em dia de vento.

E tanto é assim que a Embaixada, de vez em quando, maneja os cabos e dá uma notícia, dizendo que não, que absolutamente, etc., etc. E' bem como costuma sentenciar a experiente tia Zulmira:

"Bezerro alimentado, só berra quando a onça está perto."

(1) Cremos ter havido lapso na informação de Stanislaw, pois a carta do "embaixador" foi publicada no mesmo número de "SR" que inseriu também o artigo do escritor Fernando Sabino. O que, evidentemente, não desfaz a opinião que tem a imprensa brasileira do diplomata salazariano. (N. da R.)

## TURISMO, FOLCLORE E NEGÓCIOS

O ditador de Santa Comba mostra-se, nos últimos meses, muito preocupado com a "recuperação" do Brasil. A quinta coluna que, com a cumplicidade de "Mundo Português" e da "Voz de Portugal", o apoia nesta terra democrática, falhou...

Pretende-se, pois, intensificar a publicidade. O pretexto foi o turismo. E o plano é o de instalar, no Rio de Janeiro e em São Paulo, uma espécie de "centro português de turismo". Mas o objetivo é claro: o que se visa é a propagação do sinistro regime do sr. Salazar.

O pretendido "centro" vai, pois, entrar em ação. Aproveitou o Moreira Baptista, diretor do SNI, a oportunidade para alistar o seu rival e inimigo Felner da Costa (ex-amigo de Salazar), especialista em questões de... turismo (há quem diga, em Lisboa, que se especializou também na distribuição de facilidades a certos capitalistas do original... turismo). O Moreira Baptista já não podia aturar o Felner — é a versão que corre em Lisboa...

Ora, aproveitando a sua vinda e o centenário da Beneficência Portuguesa, o Felner quis incluir nas comemorações a apresentação do Rancho Folclórico de Santa Marta de Portuzelo. Não foi possível, embora o Rancho viesse em digressão "cultural"... que os espectadores pagaram muito bem, no Teatro Record. E, por isso, o organizador do "centro de turismo" sugeriu a "Beneficência" um subsídio de 100.000 cruzeiros, para que os jovens de Portuzelo se apresentassem em São Paulo. Não levou os 100 contos e, depois, deu uma explicação da exigência que não convenceu ninguém.

E' o que se diz, já em voz alta, entre os salazaristas de São Paulo...

## O teatro brasileiro e a censura fascista

Informamos, oportunamente, que a censura fascista de Salazar cortou, integral ou parcialmente, diversas peças apresentadas pelas companhias teatrais brasileiras de Cécilia Becker e de Maria Della Costa.

Entretanto, depois da proibição de "Desejo" (de O'Neill) e dos cortes sofridos por "Gimba" (de Gianfrancesco Guarnieri), assim como das alterações que surgem no "Auto da Compadecida" (de Suassuna), peça do elenco de Cécilia Becker, a censura salazarista vetou totalmente a apresentação de "A Alma de Se-Tsuan" (de Bertold Brecht), espetáculo que Maria Della Costa pretendia montar em Lisboa. O bondoso ditador estende, como se vê, a sua paternal "proteção" ao teatro do Brasil...

### LIVROS NOVOS ANTI-SALAZARISTAS

## "O Fascismo Ibérico", de F. de Oliveira Pio

O coronel F. de Oliveira Pio, português há muitos anos exilado no Brasil, onde se fixou depois de ter combatido a ditadura do "28 de Maio" e a revolução franquista, acaba de reunir num pequeno volume duas palestras que proferiu no Rio de Janeiro sobre "O Fascismo Ibérico" (1), a primeira proclamando "A verdade sobre o "28 de Maio" e a outra sobre "O salazarismo na guerra de Espanha".

Quando ao que escreveu o coronel F. de Oliveira Pio acerca da famigerada "revolução nacional" (tão "nacional" quanto as de Mussolini, Hitler e Franco), julgamo-lo da melhor oportunidade, pois que os primeiros e os últimos transfugas do regime salazarista vêm tentando — por ora só nos bastidores — a reabilitação do movimento de tão má memória e de péssimos resultados.

Declara o autor a págs. 16 do seu livro uma verdade que começa a ser demasiado esquecida, embora os democratas de sempre, velhos e novos, a não queiram olvidar: "Diz o meu eminente amigo dr. Jaime Cortesão que o atual fenômeno político português só pode compreender-se, quando explicado pela História. Ora, segundo nos mostra a História, os idealistas que em 1910 instauraram a República em Portugal, saídos daquela geração de 91, que tão grande influência sofreu do lirismo político de que se achavam impregnadas as doutrinas enciclopédicas e parnasianas, pretenderam instituir um regime essencialmente caracterizado pelo puritanismo e pela honestidade. Entendiam eles que, para isso, era indispensável separar o poder político do poder econômico, uma vez que a convergência destes dois poderes nas mesmas pessoas origina, necessariamente, a corrupção. De acordo com tal critério, ao tomarem em suas mãos a direção política do país, os fundadores da República deixaram de pé toda a estrutura econômica herdada do antigo regime, e, nas mãos dos mais intransigentes adversários da Democracia, todas as alavancas da economia nacional. Nisto devemos procurar a causa remota de todos os fenômenos que, inexplicável e constantemente, surgiam, revestidos de aspectos e tendências diversos, segundo a época e as circunstâncias do meio ambiente, nacional ou internacional. Foram estas, e não outras, as forças ocultas que dificultaram a marcha da República, que se anunciava promissora, no caminho do progresso, e acabaram, irremediavelmente, por provocar a sua perda."

A explicação é realmente oportuna, já que as causas desta situação não tardaram a produzir os efeitos. Na verdade, o coronel F. de Oliveira Pio esclarece, mais adiante, que o "28 de Maio" surgiu "no meio de uma atmosfera de grande descontentamento e tensão". Quanto à puteza dos princípios da "revolução nacional" e ao modo como foram aplicados, o autor de "O Fascismo Ibérico" conta: os acontecimentos sucedem-se então com extraordinária rapidez. Homem brusco e habituado ao mando, essa faceta do seu caráter foi bem aproveitada. Gomes da Costa não podia compartilhar o poder com ninguém. Assim, começa por desembaraçar-se de Ochoa, enviando-o para a embaixada de Portugal em Paris. A 17 de junho, promove o golpe-de-estado que expulsa Cabeçadas, assumindo ele a presidência, juntamente com a pasta da Guerra. Dois poderosos elementos do "18 de Abril" entram já neste gabinete: Carmona, no ministério dos Estrangeiros, e Filomeno da Câmara, no das Finanças. Mas o poder de Gomes da Costa está já em manifesto declínio. O "18 de Abril" já não precisava dele, porque tinha o poder nas mãos. As concentrações de Amadora e Sacavém já quase não lhe obedecem. Seu ajudante, o tenente Pinto Correia, o mais fiel dos servidores da anti-República, isola-o completamente de qualquer contacto com os republicanos. E a 9 de julho de 1926, precisamente um mês e onze dias após o seu grito vitorioso em Braga, o general Gomes da Costa, o companheiro de Mousinho e bravo co-

mandante do C. E. P., em França, é preso, destituído e deportado."

A seguir... foi a reação em peso que se instalou no poder, com o beneplácito de muitos que tardaram a abrir os olhos, permitindo a fixação de Salazar e o resto. Mas o "28 de Maio" está morto. Se teve "princípios", ninguém os viu. O afastamento de Cabeçadas, a deportação de Gomes da Costa e a solidificação do poder salazariano bastam para o condenar em bloco. Nenhuma manobra, por mais hábil que seja, poderá ressuscitá-lo e reabilitá-lo aos olhos do Povo Português.

J. A. N.

(1) Editora Germal (Caixa Postal 142, Agência Postal da Lapa), Rio de Janeiro.

## O NATAL DO PRÉSO POLÍTICO PORTUGUÊS

Com vista a minorar, tanto quanto possível, a sorte dos presos políticos portugueses, continua aberta a campanha do Natal que há meses abrimos nestas colunas, podendo ainda os nossos leitores enviar-nos, quaisquer donativos, desde já se agradecendo que o façam com rapidez. Indicaremos oportunamente como e quando se deu o destino devido às importâncias recebidas na redação do PORTUGAL DEMOCRÁTICO. Até agora, recebemos as seguintes contribuições:

	Cr\$
Portugal Democrático	1.000
Centro Republicano Português	1.000
Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses	1.000
Liberdade de Expressão	1.000
General Humberto Delgado	350
Silvério Costa Letra	1.000
Mariaheir Jr.	1.000
Carlos de Brito	100
José Portela	200
José da Rosa	200
Manuel F. Moura	300
Joaquim O. F. Matias	100
Manuel Silva	100
José Luiz	100
Pedro Gomes	100
Anônimo	50
Anônimo	150
José Dionísio de Castro	200
Um paulista	100
João Amara da Fonseca	100
Um exilado	100
Uma vítima da ditadura portuguesa e J. V.	100
Um luso-brasileiro	100
Maria Angélica da Cunha	200
Filiado do MUD	200
Augusto Gomes	100
Menina Alice de Carvalho	100
José da Silva	100
Doracy Aguiar	100
João Alves das Neves	250
Ex-Pensionista do Aljube	5.370
Marquês de Pombal	100
Alamiro Andrade	500
Comité Democrático Português do Canadá	1.000
Ex-hóspede do Forte de Caxias	500
R. A. G.	100
Carlos Cruz	500
Rosa Moura Cruz	200
João Maria Assunção	300
Antonio A. Pascoal	500
José Augusto Viegas	200
Constantino Fonseca	200
Miguel Lopes	300
Joaquim Saraiva	300
Antonio Nunes	400
Joaquim D. Batista	655
Francisco d'Oliveira	200
Ramiro da Silva Pinto	200
Ruy Silva	500
Fernando Lemos	200
Henrique Santo	200
Fernando C. Silva	200
Joaquim Lemos Figueiredo	500
Sérgio Nunes da Silva	1.824
Alberto Gonçalves Ribeiro	100
Jaime Augusto Gonçalves	100
Ambulante Português	200
Jorge de Sena	100
José Ferraz de Araujo	500
José Mário da S. Bodas	100
Por um Portugal Melhor	500
Azevedense	1.000
Camilano	500
Antonio Abrantes	465
Ass. Humberto Delgado (Divisão de M. Gerais)	1.000,00
Spartacos — Madeira	170,00
Anti-Sidónio, Anti-Salazar	130,00
José Florida — Rio	1000,00
Luís — Congo	300,00
Saraiva — Congo	300,00
Graca — Congo	300,00
José Pereira	300,00
Francisco Aleixo	300,00

## A IMPRENSA LIVRE DENUNCIA SALAZAR

### «LIBERDADE PARA PORTUGAL»

Com este título, publicou o dr. Osny Duarte Pereira, presidente da Associação Brasileira de Juristas Democráticos e membro do Tribunal Federal de Justiça, um extenso artigo em "O Semanário".

Escreve, a certa altura, o dr. Osny Duarte Pereira: "Hoje, o bispo do Porto, monsenhor Antonio Ferreira Gomes, os reverendos Abel Varzim, Antonio Jorge Martins, João Perestrelo de Vasconcelos (recentemente encarcerado em Peniche), José da Costa e dezenas de outros padres desmascaram a indústria do anti-comunismo. (...) As orações do clero que sobem aos céus em favor do humilde e vergastado povo português devem já ser maiores do que as rezas dos cardeais e bispos que se sentam à mesa de Salazar. Deus Nosso Senhor já deve estar perplexo (...)"

### O POVO BRASILEIRO ODEIA-O...

O diário "O Estado" que se publica em Fortaleza (Ceará), consagrou recentemente um dos seus comentários do dia a "JK em Portugal", dizendo, entre outras coisas:

"Ninguém mais do que Salazar sabe do ódio que lhe nutre o povo brasileiro, principalmente os filhos de Portugal que há dezenas de anos vivem no Brasil e já se integraram no nosso sistema de vida, vivendo como brasileiros. Sabe Salazar (...) que a oposição portuguesa atuante no Brasil tem conseguido formar uma mentalidade brasileira de oposição a Salazar (...)"

### QUANDO A PIDE CENSURA...

O escritor Luís Martins abordou, em "O Estado de São Paulo", a repressão da ditadura lusa contra a arte brasileira, declarando:

"A censura salazarista está exercendo severa vigilância sobre todas as coisas e pessoas procedentes do Brasil. A PIDE poda peças de teatro de autores brasileiros e proíbe terminantemente a circulação de livros aqui impressos.

Um português descobriu o Brasil; outro português o encobre. Estamos juntos com Portugal."

### A CENSURA POSTAL

O cronista da "Folha da Tarde" (Porto Alegre) dedicou um dos seus "mosaicos" ao regime fascista de Salazar, declarando:

"A censura portuguesa dorme pouco. Um dos líderes do movimento anti-salazarista no Rio Grande do Sul, meu amigo Luís Firmino de Melo de Vilhena, acaba de receber um pacote de revistas e jornais brasileiros que havia enviado a Lisboa. Por fora, o censor colou uma etiqueta com os seguintes dizeres: "Circulação interdita por conter o jornal "Portugal Democrático". Enquanto Portugal impede que revistas e jornais brasileiros circulem em seu território, nós, bonzinhos, deixamos que a propaganda salazarista entre livremente."

## A Bahia com Aquilino

A União Bahiana dos Estudantes pelo seu presidente Oliveiros Guarnais, manifestou ao escritor Adolfo Casais Monteiro sua inteira adesão aos objetivos que motivaram a publicação de «QUANDO OS LOBOS JULGAM» em separata da edição de dezembro do nosso jornal.

Como é sabido, escritores, professores catódricos e líderes estudantes universitários e ginasiais brasileiros promoveram a transcrição, nessa separata, do texto integral do sumário de culpa do processo movido pelo governo fascista de Salazar contra o grande escritor português pelo fato de ele ter publicado o romance «QUANDO OS LOBOS UIVAM».

Esses homens livres do Brasil, promovendo a divulgação do sumário de culpa, monstrosos pela sua inuidade, apontaram à opinião pública mundial mais um atentado contra a liberdade de expressão em Portugal.



# O ASILO DIPLOMÁTICO

A. R. DE PAULA LEITE (1)

O sr. Manuel Baptista Dias da Fonseca, não faz muito, publicou um opúsculo: "Asilo diplomático" (Lisboa — 1959). É um trabalho pontilhado de defeitos, com a intenção visível de contrabalançar o efeito da presença de um líder oposicionista português, entre nós. É fácil provar essa assertiva. Basta cotejar dados. Vejamos: dessa mediocre obra foi feita uma tiragem de 10.000 exemplares, sendo que 2.500 destinados a Portugal e 7.500 ao Brasil. Será necessário acrescentar alguma coisa mais? Se o desejo fôra tão somente o de tentar refutar ponto-de-vista jurídico, o autor não enviaria tantos exemplares para o Brasil... O efeito visado, está claro, foi o propagandístico...

O referido opúsculo nem merece ser comentado. Seus fundamentos são frágeis. Sua doutrina, a malg discutível. Cumpre salientar, além disso, o caráter eminentemente faccioso, parcial, do autor, aliás próprio de um escritor acossado, tomado num regime de trinta anos de censura e de obscurantismo. Não esconde suas simpatias. Talvez seja o único lampejo sério de seu desonesto trabalho. Dedicou ele seu esforço a Santos Costa, "exemplo de aprumo, de firmeza e de dedicação a Salazar". Poderíamos encerrar a leitura aqui.

Depois de tecer considerações já superadas por novos fatos e situações, transcreve condições referentes ao asilo político, da sua dignidade e instituição; serve-se de ensaio dum diplomata brasileiro para emitir uma série de insinuações a propósito do chamado caso Delgado. Comenta anteriores casos de asilo, e o que é mais importante, considera-os perfeitamente justificáveis desde que gerados por revoluções ou atos que afetem a integridade ou segurança do Estado.

O trabalho do sr. Fonseca é uma diátribe contra o Brasil. Elvado de insinuações malévolas, o que não passa, no fundo, de um nominalista, dando sentido único às palavras, defendendo um regime de moeda forte e possuindo, paradoxalmente, uma economia enferma. Não passa de um ideólogo menor, advogando ardentemente uma estrutura que se mantém desde 1926 subdesenvolvida, com um rendimento "per capita" dos mais baixos do continente europeu, e equiparando-se a outras nações de economia primária da Ásia, África ou América Latina. Deforma, mistifica, deturpa, a fim de apresentar uma gama de variações, consoante sempre, um conceito particular ideológico. Proporciona um critério de validade discutível, pois compreende apenas um desenvolvimento parcial da vida de determinada coletividade. Infelizmente, não se lhe pode conceder um crédito de confiança, nem com ele dialogar, pois isso é inexistível, dado o caráter particular que oferece seu espírito.

Ademais, o regime luso não tem nada de original. É baseado numa doutrina intervencionista, mas sempre ligado a certos interesses dos grandes senhores de terras e à alta finança urbana, posto que Portugal não tem indústria pesada, restringindo-se sua produção a pequenos produtos, nem sequer suficientes à vida moderna. Ninguém vive bem, a não ser, é óbvio, uma pequena minoria de privilegiados. De resto, o equilíbrio orçamentário é uma espécie de mito. É sabido que as verbas despendidas pelo governo central com problemas sérios, como o social e o da educação, são ridículas. Ora, qualquer governo lúcido teria que planificar, por certas áreas, a fim de poder equacionar os problemas mais verticais, como, por exemplo: o da proteção à maternidade; delinqüência infantil-juvenil; desemprego; abono de família; habitação decente ao trabalhador de um modo geral (neste ponto, o traçado do Estado Novo luso é simplesmente tremendo); descontos menores nos salários; prostituição; abolição de uma legislação superada.

Por não possuir propriamente uma sistemática, a doutrina do Estado Novo português (não cabe aqui uma análise disso), procura depreciar todos os sistemas contrários, pois existe a necessidade de desprezar aquilo que valida o pensamento e a ação de outros países. Aliás, o sr. Salazar apesar de tudo, sabe que seu país é bem atrasado. A prova disso, são as preocupações pelo mercado comum europeu. Cumpre salientar, os responsáveis pelo fascismo luso temem a perda de alguns mercados no exterior, assim como uma concorrência que abafe e destrua a pequena indústria leve do país. É possível que o processo de decomposição do regime do sr. Salazar se acentue ainda mais, com o ingresso ou não de Portugal no mercado comum europeu.

Voltemos ao sr. Fonseca. O gal. Delgado solicitou asilo político à embaixada do Brasil. Fatos relacionados anteriormente com o ex-candidato à presidência da República, inclusive a presença inoportuna e desagradável de agentes da PIDE, como atestam fatos de uma revista brasileira, comprovam, de modo inofensível que o dito militar estava sendo vigiado e perseguido.

Não era preciso haver mandato de prisão para ser considerado refugiado político. Quanto a não haver propósito de prendê-lo por atos cometidos por aquele militar trata-se de estratégia primária que, somente pode vencer indivíduos primários. O afastamento do serviço ativo com três quartos de vencimento não significa, absolutamente, benevolência do governo português, mas, isso sim, uma concessão... Ora, não se faz concessão de maneira indiscriminada. Isso significa acentuar que, naquela altura, o gal. Delgado gozava de efetivo prestígio junto aos seus comandados de armas. Daí a razão da benevolência do sr. Salazar...

Por outro lado, o opúsculo insere uma notícia que teria sido publicada em jornais brasileiros, e a qual não nos recordamos de ter lido. Diz que elementos da colônia portuguesa teriam perguntado chistosamente se não haveria o perigo de solicitar um general brasileiro punido pelo ministro da Guerra, por ter esse militar desacatado, pela imprensa, um superior hierárquico e não ter obedecido uma ordem, se não iria ele solicitar asilo à embaixada de Portugal. Não nos recordamos desses comentários, e, se porventura existiram, foram realizados à sorrelfa, à socapa, subrepticamente, como só acontece sempre, com os fracos e os pusilânimes. E, que relação tem uma coisa com outra?

A seguir, discorre sobre uma entrevista concedida pelo gal. Delgado ao "The Daily Mail", de 12 de novembro de 1958. E escandaliza-se com a referência entrevista, a qual nada mais dizia que aquilo que todo mundo sabe, isto é, a proibição da visita do sr. Beviã, e do apoio de elementos comunistas ao líder democrático português, coisa, aliás, que não constitui pecado nenhum, e não ser aos olhos puritanos do sr. Fonseca...

Cita, em inúmeras oportunidades, um trabalho do diplomata Rubens de Melo que, entre outras considerações, se refere às convenções de Havana e Montevideo, sobretudo a estas últimas regras: "o agente diplomático apenas tem o direito de reclamar que o asilado possa sair sem sofrer ataque à sua pessoa; — e o governo local tem o direito de exigir que o asilado deixe com urgência o território nacional". Não é preciso observar que o governo português só seguiu à risca o segundo item.

E quem lhe informou que Assis Chateaubriand é o mais categorizado jornalista brasileiro? Acresce notar que somente nós, que o conhecemos bem, poderíamos falar sobre ele... Este, referindo-se à entrevista executada pelo jornalista Wilson Aguiar com a esposa do gal. Delgado, exclamou: "Se apenas o convidaram a deixar o País, foi pouco, muito pouco, pelo atrevimento de que deu provas. Se o tivessem espancado, era o justo castigo da ousadia que ele perpetrou. O rapaz perdeu o juízo e foi ao assalto de Portugal como um mosqueteiro antigo. A cadeia para ele ainda seria pouca roupa." Não obstante ser curiosa essa frase nos lábios de um homem que vive proclamando ser liberal fervoroso, amante da liberdade de imprensa, inimigo de totalitarismos, etc., é pitoresco sublinhar que a revista "O Cruzeiro" pertence à cadeia dos "Diários Associados", de propriedade de sua ex-cla... Deixemos de lado as costumeiras contradições de s. exa... Adiante, o embaixador brasileiro na Inglaterra, dirigindo-se a um colega, o ex-embaixador em Lisboa, diz: "Lins, antes de embaixador, era jornalista e com Wilson Aguiar são duas cobras que se defrontam, são ambos do mesmo serpenteiro." E o sr. Chateaubriand é essencialmente o quê? Será que todos os jornalistas são vitoriosos membros de serpenteiros, de Butantãs espalhados por aí? Nesse caso, o diretor dos "Diários Associados" deveria, honestamente, numa autocrítica, incluir seu nome no dito serpenteiro...

O sr. Fonseca, acetalmente, endossa os precipitados e duvidosos pontos-de-vista do embaixador em Londres. De resto, é bom lembrar que a um diplomata não convém, de público, num jornal, nem se coaduna com os métodos diplomáticos, censurar um colega. E, menos elogiar um governo seja ele qual for. E onde se viu poder taxar de honrada e idônea a palavra de homens que há trinta anos mantêm a gloriosa terra de Fernando Pessoa na completa ignomínia?

Em conclusão: negamos autoridade jurídica ao sr. Manuel da Fonseca. Mais ainda: seu livrinho não merece sequer ser comentado à luz do Direito. Suas considerações simplistas, supostamente jurídicas, são profundamente injustas ao Brasil e a um brasileiro ilustre, que tem honrado a nossa cultura e nos tem engrandecido no exterior. E, como consegue um homem falar em justiça, em Direito, em liberdade, quando seu país sem governo mantém em campos de concentração, ou em sórdidas cadeias, inúmeros patriotas? Um homem assim, não pode falar em categorias jurídicas. E muito menos em moral.

# OS CATÓLICOS PORTUGUESES E O REGIME DE SALAZAR

JOÃO ALVES DAS NEVES

Foi ao dizer-se ou insinuar-se o mais fiel servidor da Igreja que o sr. Oliveira Salazar pôde transferir-se da cátedra de Coimbra para o palácio de São Bento, em Lisboa. E nos católicos se firmou para subir, degrau a degrau, até os cimos do poder.

Surpreendidos fiaram, por isso, os menos avisados acerca da realidade portuguesa quando, há meses, o chefe do corporativismo (fascista) luso se lançou numa série de violentos improperios contra os católicos e, até, contra a Igreja, desmentindo, assim, a ideia do tão propagandeado bom entendimento que sempre teria existido entre o sr. Salazar, o Clero e os militantes católicos de Portugal. É claro que nem todos os sacerdotes ou todos os católicos se acomodaram sob a paternal proteção do ex-seminarista de Vizeu; pelo contrário, muitos deles sempre o combateram. No entanto, a Igreja e boa parte dos católicos apoiaram-no, pelo menos até há meses.

As diatribes de Salazar contra a posição dos católicos em relação ao seu regime foram tais que "o homem tranquilo" (para utilizarmos a versão das propagandas desenvolvidas por detrás da "cortina do escudo") perdeu a cabeça e ameaçou denunciar a Concordata que ele próprio assinara com a Santa Sé. Como ameaça entenderam o discurso os Prelados portugueses que, pouco depois (por acaso?), fizeram publicar uma "Carta Pastoral do Episcopado Português" (janeiro de 1959), assinada pelo cardeal-patriarca de Lisboa, por três arcebispos e por treze bispos.

Compreende-se bem que a "Carta Pastoral" não quisisse como resposta direta às acusações de Salazar. Destaca-se no documento, com efeito, haver quem "acuse a Igreja em Portugal de estar enfeudada à situação política", mas os Prelados repelem a afirmação, acrescentando: "Para ter sentido (não justificação) a acusação, será preciso desde já excluir dela os leigos católicos (salvas as restrições impostas aos dirigentes da Ação Católica), que também são Igreja, mas que, na qualidade de cidadãos, estão situados no terreno próprio do temporal, o qual não pertence ao Poder espiritual. Neste terreno, desde que sejam respeitados os princípios cristãos que informam toda a vida humana, designadamente a ação política e social, os católicos são livres e é da sua inteira iniciativa e responsabilidade a opção concreta tomada; se bem que católicos, não representam a Igreja numa atuação que não caí sob a sua alçada".

Defende-se, pois, a hierarquia eclesial de intervir clara ou sinuosamente em favor do regime, apesar de entender que não poderia ser culpada de negligência ou fraqueza se deixasse de pregar, prudente mas firmemente, a doutrina católica com todas as suas exigências na vida individual, familiar, social, política e cultural". A Igreja não vive alheia a essas exigências, antes pelo contrário, quer incarná-las, já que "é obra e dever de todos os católicos empenhados no trabalho histórico da construção do mundo à luz do Evangelho". Por isso, esclarecem ainda o cardeal-patriarca, os três arcebispos e os treze bispos portugueses: "É, na verdade, na ordem e na paz que se pode realizar a justiça sem causar injustiça, desenvolver a liberdade sem cair na desordem, preparar o futuro sem sacrificar o presente, conservar o bem adquirido sem ficar na estagnação. Estará sempre latente na

consciência cristã a aspiração dinâmica de crescimento moral, social, político, cultural do homem, isto é, a realização de um reino ideal de maior justiça, liberdade, fraternidade e paz. Sente-o mais o otimismo idealista da juventude. É a tensão que fará progredir a sociedade humana, se a dirigir o rigor da doutrina e a prudência da ação".

É aflitivamente estranho que este documento não tenha sido divulgado amplamente em Portugal, pois nos jornais da "grande e prospera Nação" que Salazar construiu sozinho, apenas descobrimos algumas passagens — e exafamente aquelas que poderiam levar a crer que a Igreja continua, mais solidamente do que nunca, com um regime que vem tentando liquidar a inteligência portuguesa, reprimindo o "otimismo idealista da juventude", seja esta católica, ou não.

Outras manifestações dos católicos vieram, de resto, acentuar o que é hoje, em Portugal, um estado de espírito. Deixando de lado a notável carta do bispo do Porto a Salazar, reproduzida na íntegra neste e noutros jornais do Brasil, queremos, de passagem, chamar a atenção para um artigo intitulado "Autoridade e Liberdade na Educação", publicado na revista "Estudos" (1), órgão do "C. A. D. C." ("Centro Académico da Democracia Cristã"); assina o artigo o conego dr. Urbano Duarte, diretor do jornal "Correio de Coimbra", que é, por seu turno, o órgão do Bispo do conimbricense e que tomou, oportunamente, a defesa da Carta do Bispo do Porto, quando os jornais da "União Nacional" a atacaram. O conego dr. Urbano Duarte aborda o tema com mil cautelas, mas não se impede de declarar: "A geração a que pertencemos enveredou no sentido da liberdade. Muitas são as razões que a decidiram a esta opção. Aponto quatro: Uma razão histórica: a experiência da guerra, com todo o seu cortejo infamante modelou a alma da nossa época. A mancha de massas inocentes, a perseguição de quem pensa de modo diferente, o sacrifício de uma juventude por causa da ideia dum chefe criaram uma atmosfera onde parece natural a resistência à autoridade constituída. E embora a onda totalitária tenha amainado, com a mudança de circunstâncias políticas e sociais, nem por isso quebrou a mentalidade. Uma razão ideológica: não morre facilmente um ideal que custou muito sangue. Ora a liberdade foi a bandeira e o programa, a incarnar e a justificar diante da consciência universal toda a soma de sacrifícios. Por isso, os que escaparam da guerra, humildes trabalhadores ou operários do pensamento, consideraram o bem que a liberdade guarda como um bem absoluto. Cerceá-lo, seja de que modo for, constitui um atentado de lesa-majestade. Uma razão psicológica: vivemos sob a sedução da eficácia, na ansia do autêntico, guiados por critérios de objetividade e de sinceridade. Por isso não custa aceitar que a autoridade seja necessária para assegurar o bem comum e que, sem um mínimo de obediência, não seja viável a comunidade social. Mas deseja-se obedecer a quem tenha ascendência, competência, valor. Repugna obedecer a quem não apresente outros meritos que a função que desempenha, ou o lugar onde o compadrio o coloca. Acresce uma razão de ordem religiosa: em poucos momentos como o nosso, o Cristianismo foi meditado pelos teólogos, de modo a identificar-se o fruto da redenção de Cristo com a dignidade da pessoa humana, de que a liberdade é expressão essencial".

A transcrição não permite dúvidas. Mas talvez seja oportuno destacar que foi no "C. A. D. C." que Salazar inaugurou a sua carreira política, defendendo uma democracia cristã que, evidentemente, não aplicou ao sentar-se no poder. É natural

que o artigo "Autoridade e Liberdade na Educação" não pudesse ser hoje publicado em nenhum jornal português, pois a censura aperfeiçoou-se tanto, nos últimos meses, que nem sequer os infimos "boletins paroquiais" vêem a publicidade sem a chancela inquisitorial.

Clandestinamente, circularam ainda em Portugal dois importantes documentos, intitulado o primeiro "As relações entre a Igreja e o Estado e a Liberdade dos Católicos" (2) e o segundo, sob a forma de carta a Salazar, "Os católicos e a repressão salazarista" (3). São assinados por dezenas de católicos, sacerdotes, militantes de organizações, intelectuais etc.

Definindo as relações entre a Igreja e o Estado, pretendem os subscritores do primeiro documento, entre outras coisas: "... Tem serias razões para julgar que o atual regime descura aquele mínimo de respeito pela justiça e pelas liberdades fundamentais dos cidadãos, sem o qual se deve pôr em dúvida o seu acordo com a doutrina cristã. (...) Lamentam que a eles e muitos outros portugueses honestos sejam negados os meios legítimos, aliás reconhecidos na Constituição, para um debate ideológico e construtivo; e consideram este fato atentório da personalidade humana e portanto contrário à doutrina cristã. Julgam, em resumo, que assumindo esta posição defendem a paz e a concordia entre todos os portugueses".

Em "Os católicos e a repressão salazarista" ataca-se frontalmente o fantasma n.º 1 (o salazarismo lançou outros fantasmas...) com o qual o chefe do corporativismo (fascista) luso, sempre tentou fulminar as democratas portuguesas. Trata-se dos comunistas, acerca dos quais escreveram os católicos referidos: "(...) A coragem e a força de ânimo com que os comunistas sofrem violências e perseguições por amor do seu ideal torna-os merecedores da admiração dos homens e faz lembrar a promessa do Evangelho: 'Bem-aventurados os que sofrem perseguição por amor da justiça porque deles é o reino do céu'. Certamente, poderá invocar o caso de semelhantes processos, ainda mais graves e generalizados, utilizados em países onde triunfou o comunismo, para justificar o que se passa no nosso. A isto bastaria responder que nós pretendemos representar uma civilização que adaptou princípios cristãos, ao passo que as sociedades comunistas tiveram, ao menos, a franqueza de negar esse princípio (...)

Salazar não apreciou esta coragem nem esta franqueza. Sacerdotes e jovens militantes católicos foram encarcerados. É possível que, nesta hora, a PIDE tenha fabricado já "as provas" de que os subscritores de ambos os documentos "são" comunistas; é admissível, até, que alguns deles tenham "confessado" pertencer a células comunistas... Tudo é de esperar num regime como o de Salazar. Até agora, o ex-animador do "C. A. D. C." de Coimbra impôs a sua vontade; mas ele sabe também que os milhares de militantes das organizações juvenis católicas perderam o medo, como sabe ainda que a batalha surda que se trava no íntimo de cada português, católico ou não, só terminará quando ele, o homem com medo, tombar.

(1) "Revista de Cultura e Formação Católica", Coimbra, janeiro de 1959.

(2) e (3) In "Portugal Democrático", São Paulo, julho e agosto de 1959.

## CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS

A nova diretoria da mais antiga associação democrática portuguesa do Brasil está procedendo à elaboração do programa de atividades para o ano que, entretanto, se inicia. Pretende, por um lado, desenvolver intensa campanha visando o aumento da massa associativa e, ao mesmo tempo, promover diversas manifestações culturais.

Para que se tornem realidade os objetivos da Diretoria do Centro Republicano Português, com sede em São Paulo, necessária se torna a colaboração eficaz de todos os democratas portugueses residentes no Brasil. Especialmente para os nossos leitores e amigos, reclamamos, desde já, a melhor participação nos projetos que a antiga agremiação republicana vai desenvolver.

(1) NOTA DA REDAÇÃO: Advogado, escritor e jornalista, o dr. A. R. Paula Leite é, a exemplo da maioria dos brasileiros, um amigo de Portugal, que visitou recentemente e, nessa qualidade, simpaticamente da causa defendida pelos Democratas Portugueses. Foi como advogado que redigiu o artigo com que honra as colunas de "Portugal Democrático", depois de ler esse ofensivo opúsculo que as propagandas salazaristas mandaram para o Brasil, insultando não apenas um Embaixador digno e honrado como é o Escritor Alvaro Lins, mas também a Democracia e o Governo Brasileiros. Analisando, sob o ponto de vista jurídico, o infeliz escrito do ignorado escriba salazarista, o dr. A. R. Paula Leite coloca os pontos nos "i", tomando, naturalmente, a defesa do direito de asilo que o Brasil sempre dignificou.



# OS PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO NA BATALHA CONTRA SALAZAR

## PORTUGAL

### MAIS UMA MISTIFICAÇÃO

LISBOA — Sob o comando da "UN", do SNI e da ANI, prossegue a orquestração em favor da divinização do novo Embaixador do Brasil em Lisboa, sr. Negrão de Lima, ao mesmo tempo que os jornais igualmente tecem lóas ao Presidente Juscelino Kubitschek, a propósito da sua próxima visita a Portugal.

Este interesse de última hora é provocado, evidentemente, pelo desejo que têm os salazaristas de lograrem a simpatia da opinião pública brasileira, tão duramente abalada nos últimos tempos, em virtude dos esclarecimentos prestados pelos órgãos de resistência anti-salazarista no Brasil, nomeadamente o "Portugal Democrático" e o "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão". Com efeito, ambos têm esclarecido, por um lado, os portugueses que vivem em Portugal, no Ultramar e noutras partes do globo acerca de abusos cometidos pelos asseclas da ditadura, ao mesmo tempo que, principalmente no Brasil, têm mostrado o reverso do optimismo das propagandas salazaristas.

### UM PROTESTO E DUAS FUGAS

Entretanto, em Lisboa e noutras cidades continuam a circular inúmeros panfletos clandestinos, um dos quais — desde já avisamos os nossos leitores — é apócrifo. De fato, o documento foi pretensamente assinado por Paulo Cunha, Sarmiento Rodrigues, Cavaleiro de Ferreira, Sá Viana Rebelo, Camilo de Mendonga e por outros próceres do fascismo luso e no mesmo se protestava contra "o movimento de ridículo que tem acompanhado, em todo o mundo, as declarações feitas na ONU, pelo delegado português, embaixador Vasco Vieira Garin". Por demais evidente se torna indicar que os ilustres salazaristas nunca aceitariam subscrever tal protesto; no entanto, alguns ingénuos ou desconhecedores da realidade portuguesa o tomaram por bom, enquanto os meios oposicionistas o comentavam, sorrindo.

Sobre a fuga do capitão Almeida Santos e do alferes Jacques Valente, os quais subornaram uma sentinela e se evadiram do forte de Elvas, não se confirmou, até agora, a notícia divulgada pela PIDE, segundo a qual os dois implicados no movimento de 12 de março teriam sido recapturados. Como se sabe, o cap Almeida Santos e o alferes Jacques Valente aguardavam julgamento, com mais 29 democratas anti-salazaristas.

### A MONARQUIA E A SUPER-PIDE

Nos meios oposicionistas de Lisboa, indica-se, quanto à mensagem do lugar tenente de Duarte Nuno, o general Bérnard Guedes, que o pedido de restauração da monarquia não teve a menor repercussão, a não ser, evidentemente, nos círculos monarco-fascistas. Realmente, muitos dos monarquistas que se enquadraram nos diversos movimentos anti-salazaristas, não lhe deram o mínimo crédito, enquanto os republicanos democratas protestaram, pelos raros meios de que dispõem, contra este novo abuso da censura, que não permite as manifestações dos republicanos, mas aceita publicamente a dos monarco-fascistas, inimigos da República. Na verdade, ao governo salazarista foi enviada uma mensagem de protesto nesse sentido, assinada por cerca de 200 democratas, entre os quais se contavam os mais conhecidos líderes da oposição anti-fascista.

Tudo isto ocorre na altura em que o governo decide, por decreto-lei "Para generalização, coordenação e, sempre que possível, uniformização das normas de segurança com que se devem rodear as informações, materiais e instalações classificadas de "confidencial", de "segredo" e de "muito segredo", criar a comissão interministerial de segurança, constituída sob a presidência da autoridade nacional de segurança, pelos seguintes elementos: Delegados da secretaria-geral da presidência do Conselho, do secretariado-geral da Defesa Nacional e dos ministérios do Interior, Justiça, Finanças, Negócios Estrangeiros,

Obras Públicas, Comunicações, Economia, Educação e Ultramar. Compete à comissão dar parecer sobre todos os assuntos relativos a problemas de segurança: do pessoal; de documentos, material e instalações; das comunicações e transportes; das indústrias e comércio especiais, e de patentes; e a sua legalização e regulamentação no âmbito civil no continente, ilhas, ultramar e missões nacionais em territórios estrangeiros".

Não se compreende o que faz o ministério da Educação na super-PIDE, mas também é certo que tais coisas não se perguntam no regime salazariano...  
**HOMENAGEM "NACIONAL"**

Não param os asseclas de Salazar de o canonizar em vida. Sobre uma grande homenagem nacional, fala, porém, melhor do que nós-próprios o panfleto que está circulando, impresso, por todo o País e que sob o título "Denunciando mais uma mistificação nacional" declara textualmente:

"Chega ao nosso conhecimento que os adeptos da Situação, agora quase reduzidos aos beneficiários dos seus maiores defeitos, estão a tomar a iniciativa de uma representação a fazer assinar pelos funcionários públicos e corporativos, destinada a pedir ao Dr. Salazar que se mantenha à frente do Governo da Nação.

E' mais uma mistificação que se prepara, um acto de pura auto-idolatria, sem qualquer significado ou real alcance.

Podem ter significado os apelos para pôr termo à ditadura de Salazar, suscritos por portugueses, que assim arriscam os seus empregos, os seus interesses materiais e até a sua liberdade, que por isso são necessariamente sinceros.

Mas não podem ter significado os apelos de continuação de um Governo, quando suscritos apenas pelos que dele dependem e que, ao subscrevê-los, mais não fazem do que defender os empregos, retribuir favores recebidos, ou candidatar-se a melhores compensações.

Pois é exactamente agora:

- quando notoriamente se agrava o descrédito internacional do salazarismo, e internamente se acumulam e generalizam os sintomas de desagregação, tanto do sistema como dos seus servidores,
- quando as forças armadas começam a penitenciar-se e a remir-se das responsabilidades que as ligam ao advento de um sistema que se adulterou e corrompeu,
- quando es-á já na Oposição a maioria dos oficiais que fizeram o 28 de Maio (desde o almirante Quintão Meireles e Mendes Cabeçadas aos maiores Mário Pessoa e David Neto) e outros, de entre os que ocuparam lugares de mais alta responsabilidade e confiança, tiveram de asilar-se em embaixadas ou legações de países estrangeiros (como aconteceu ao general Humberto Delgado, ao capitão Henrique Galvão e ao Major Calafate),
- quando a própria Igreja, por intermédio dos seus mais lídimo representantes inicia uma campanha de descomprometimento em relação a culpas para que deixou arrastar-se,
- quando a grande maioria dos portugueses aguarda dia a dia com mais impaciência, a hora de libertar-se e poder decidir dos seus próprios destinos.

é neste preciso momento que se prepara uma mistificação nacional, tentativa de sobrevivência de um regime já em agonia.

E' preciso denunciar a fraude.

E' preciso opôr-lhe o espírito de resistência dos portugueses, e dizerem todos:

Basta! Já é demais!

Um grupo de funcionários públicos  
**ANGOLA**  
**MAIS PRISÕES**

LUANDA — A vaga de prisões que se iniciou, há meses, em Angola, ainda não parou, continuando os agentes da gestapo lusa em acesa atividade. A fidelidade e rapidez com que "Portugal Democrático" publicou uma extensa lista de presos (46) teve a maior re-

## Dos correspondentes especiais de «PORTUGAL DEMOCRÁTICO»

percussão nos meios oposicionistas de Luanda. No entanto, mais 11 detenções se verificaram nas últimas semanas. Segundo conseguimos averiguar, devem ser "julgados" em janeiro 57 pessoas acusadas de ações subversivas.

São notoriamente conhecidas as deficiências registradas no capítulo do ensino em toda a província de Angola. O mesmo acontece, aliás, na de Moçambique e, é claro, ainda nas outras. Mas parece que o governo central tem outros problemas mais urgentes e mais importantes a resolver, como, por exemplo, o da instalação da PIDE..

Enquanto a população branca, na maioria hostil ao fascismo, é presa à medida que se pronuncia, os angolanos negros prosseguem nas suas atividades de organização anti-fascista, já que os agentes da polícia secreta não conseguem penetrar no âmago das poderosas (ainda que de todos conhecidas) associações nacionalistas. Negam-lhes os mais elementares direitos numa época em que toda a África é sacudida pelo surto de nacionalismo. O ditador encobre os ombros? Serão os portugueses quem terão de pagar, afinal, por esta dissociação cada vez mais larga entre as populações negra e branca.

Mas o problema é em demasia complexo para que o expunhamos nesta crónica breve, embora ao assunto tencionemos voltar, muito em breve. Regressemos, pois, ao caso do ensino, que acaba de ser debatido, em sessão pública, na Câmara Municipal de Luanda, pelo sr. Jaime de Amorim, que disse: "Presentemente, estão reservados vinte tabloões (para a construção de edifícios escolares), mas sublinho que apesar disso e de já em 1956 faltarem em Luanda 108 aulas de ensino primário, o certo é que de então para cá nenhuma foi construída. Por isso mesmo, pendo eu em crer, é que se explica, e justifica, que existam presentemente na cidade o mínimo de duzentas escolas primárias clandestinas com uma população escolar que eu computo em 5.000 almas (...). Já em 1956 faltavam 128 salas de aulas de ensino primário, e desde então para cá nenhuma foi construída (salvo uma escola recentemente construída pelos Serviços Militares!), de modo que é facilímo calcular a situação em que presentemente estamos". E acrescentou: "Com o crescimento que se tem verificado na população civilizada de Luanda, não me parece exagero calcular a população do ensino primário em 6.500 alunos no momento atual. Ora, se 80% desses alunos frequentassem as escolas oficiais, seriam precisas 173 salas de aulas, de sorte que faltariam 149". Disse ainda o sr. Jaime de Amorim: "E' no capítulo instalações que o ensino secundário se encontra pior, visto que das quatro escolas existentes em Luanda — 2 liceus, 1 escola comercial e 1 escola industrial — só duas têm edifício próprio, e assim mesmo acanhados para a frequência, o que é motivo para estranhar, especialmente quanto à Escola Industrial acabada de construir". Finalmente, propôs a criação dos seguintes cursos médios: Magistério Primário, Comercial e Industrial.

A questão apresenta-se tão clara que

a censura deixou divulgar os protestos do sr. Jaime de Amorim. O governo ditatorial apenas se tem interessado por Angola, na medida em que esse interesse é disputado pelos homens da oligarquia. Nada mais. Por isso, a larga maioria da população deseja o fim do regime fascista, para que, democraticamente, os angolanos, negros ou brancos, possam cuidar e decidir do seu futuro. Mas este será sombrio se a Liberdade não voltar a Portugal e ao seu Ultramar.

## MOÇAMBIQUE

### A PROVÍNCIA E OPOSICIONISTA

LOURENÇO MARQUES — Em cada dia que passa, o governo de Salazar perde mais um ponto que a Democracia Portuguesa conquista. Os tentáculos que a PIDE tenta estender por todo o território moçambicano não impedem a solidificação deste sentimento de revolta contra o mais iníquo dos regimes.

Com frequente regularidade, as prisões se estão fazendo; mas, ao contrário do que pretendem os homens da Situação, os núcleos oposicionistas tornam-se cada vez mais fortes. Na cidade da Beira, acabam de ser julgados dois democratas, os srs. Langa e Gordino, os quais foram condenados a dois anos de prisão (com a pena suspensa), pois a polícia política encontrou em seu poder, há meses, exemplares de uma circular em que se dizia manter-se a Frente de Unidade que conquistou a vitória, nas urnas, em 8 de junho de 1958. Presos com outros e transferidos para Lourenço Marques, os dois democratas foram, pouco depois, postos em liberdade provisória, em virtude dos inúmeros protestos que então se ergueram. E o tribunal da Beira que, finalmente, os "julgou" não pôde ir além dos dois anos de prisão — com a pena suspensa...

Comparadas com as infligidas a outros democratas da Metrópole, as penas são insignificantes. Realmente, a pressão pública é que o conseguiu, ou melhor, a unidade de todos os oposicionistas ao regime salazariano. E foi por que se manteve a unidade, foi porque todos os democratas continuaram alerta, que se conquistou mais esta significativa vitória sobre o fascismo luso.

Por outro lado, as declarações proferidas pelo sr. Vasco Garin, na ONU, provocaram estupefação e indignação. De fato, o inimigo dos marçianos afirmou recentemente que os territórios portugueses do Ultramar eram "independentes dentro da independência da Nação". E' verdade que importantes forças anseiam por essa "independência dentro da independência da Nação", mas, na atualidade, o que se observa é a dependência de Moçambique a uns quantos sobas do salazarismo, que sugam a Província e nada lhe dão.

Palavras idênticas foram ditas, há semanas, pelo ministro do Ultramar, pelo que receberam a mesma repulsa em todo o território moçambicano, dadas as inverdades que encerram. Mas o ministro reacionário foi mais longe e negou as profundas raízes do anti-colonialismo, indicando tratando-se de "uma moda que passará". Não há dúvida de que o sr. Vasco (colega do outro...) Lopes Alves não sabe do que efetivamente está a observar-se em Moçambique ou, se

sabe, nega-o, para convencer, talvez, a opinião pública mundial...

Por estas criminosas omissões dos próceres salazaristas é que o problema do Ultramar se tem agravado tanto, sem que quaisquer medidas tenham sido tomadas para a real integração dos territórios portugueses de África numa comunidade democrática.

## BOAS FESTAS

No decurso da quadra festiva que acabamos de passar, recebemos de todos os pontos do globo inúmeros votos de Boas-Festas e francos aplausos à ação de "Portugal Democrático". Agradecendo aos nossos leitores e amigos as saudações, queremos a todos prometer que continuaremos lutando para que 1960 seja o ano da Liberdade em Portugal.

## A DEFESA DE AQUILINO

Inaugurando uma nova fase da luta anti-salazarista, os organismos democráticos portugueses do Brasil vão lançar o primeiro dos "Cadernos Democráticos", volume que reproduzirá, na íntegra, a defesa do escritor Aquilino Ribeiro às acusações que lhe movem os inquisidores salazaristas. O preço de cada exemplar será de Cr\$ 70,00. Solicitamos aos nossos leitores, e bem assim aos correspondentes, que rapidamente façam os seus pedidos à administração de "Portugal Democrático".

## PORTUGAL DEMOCRÁTICO

### Diretor-Responsável

Otávio Martins de Moura  
CONSELHO DE REDAÇÃO  
João Alves da Gama, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correla da Silva, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vítor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra  
REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL:  
Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110

Dias úteis: das 19 às 22 horas

Sábados: das 15 às 19 horas

FORTALEZA: dr. Carlos d'Alge - Rua Senador Pompeu 832 - Fortaleza - Ceará

JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira - Rua Marechal Deodoro 334 - Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena - Rua Rio de Janeiro, 300 - sala 304 - Caixa Postal 24, Belo Horizonte (MG)

PORTO ALEGRE: Luís Firmão de Vilhena - Caixa Postal 413 - Porto Alegre - Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Quelroz - 34, Beche Road - Cambridge - England

CANADA: Fernando Cliraco da Cunha - 14, Bellevue Ave., Toronto - Ontario - Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato - Rue Christine, Paris, 6

VENEZUELA: Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3826, Candelaria - Caracas.

ARGENTINA: Jorge António - R. General Hornos n.º 1.000 - Caseros - Provincia de Buenos Aires

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Caixa Postal 4.469 - Tel.: 37-0933 - São Paulo

EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas.

Sábados: das 15 às 18 horas.

Número avulso: 5,00 cr.

Assinatura especial: 100,00 cr.

Ass. para o Exterior: \$ 3,00 U.S.

Ano IV N.º 32 Janeiro de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



AS OBRAS Suntuárias do Salazarismo — Impresso em papel caríssimo e editado em milhares de exemplares, corre mundo todos os meses o boletim "Notícias de Portugal" do SNI. Mas estes "edifícios imponentes", verdadeiros monumentos à glória do regime fascista de Salazar e aos seus 30 anos de "prosperidade", e que todos podem ver na Estrada da Circunvalação, do Porto, jamais serão reproduzidos nas páginas desse órgão da propaganda salazarista.